

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio-Econômico
Departamento de Serviço Social**

**Formação Sociopolítica:
Um estudo sobre as experiências do NESSOP**

RAFAEL RANIERI MENEGON

Florianópolis, 2010.

Rafael Ranieri Menegon

Formação Sociopolítica: Um estudo sobre as experiências do NESSOP

Trabalho de conclusão de curso apresentado como parte das atividades para obtenção do título de Bacharel, do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vera Herweg Westphal

Florianópolis, 2010.

Autoria: Rafael Ranieri Menegon

Título: Formação sociopolítica: um estudo sobre as experiências do NESSOP

Trabalho de conclusão de curso apresentado como parte das atividades para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina

Os componentes da banca de avaliação, abaixo listados, consideram este trabalho aprovado.				
	Nome	Titulação	Assinatura	Instituição
1	Vera Herweg Westphal	Presidente		
2	Maria Del Carmen Cortizo	Membro		
3	Carla Bressan	Membro		

Data da aprovação: ____ de _____ de _____.

*Dedico este trabalho a todas as
lideranças do movimento
sócio-comunitário de Florianópolis.*

AGRADECIMENTOS

Foram tantos que contribuíram nesta caminhada que seria impossível agradecer a todos, mas gostaria de começar agradecendo aquelas a quem considero minhas mestras neste processo de formação profissional a minha orientadora e amiga professora Vera H. Westphal e a professora Iliane Kohler, por terem me oportunizado tanto conhecimento e experiências novas e também por todos os incentivos e paciência que tiveram comigo.

Agradeço a todos os colegas de graduação que por meio de conversas, brincadeiras, debates e momentos de troca contribuíram para a ampliação do meu conhecimento.

Dentre os amigos reservo um agradecimento especial a Denize, Eleonora, Marília, Uilio, Raquel, Karina, Cleuzi, Rudi, Cadu, Fábio, Gerson, Simone, Amanda, Daniel e Juliana, os quais tem me reservado tanto afeto e carinho.

Aos sujeitos da minha pesquisa, por terem disponibilizado um pouco de seu tempo ao meu trabalho e terem transformado o pequeno intervalo de tempo em que estivemos juntos em um momento de muito aprendizado e motivação profissional.

A todas as Nessopianas por todas as contribuições, colaborações, ajudas, em especial à Larissa, Bruna e Camila que tanto me ajudaram e me agüentaram.

A todos os cursistas das duas edições do Curso de Formação Permanente: Ações Coletivas, Democracia Participativa e Direitos Sociais, pelos exemplos de perseverança, disposição e coragem na luta por justiça social.

Ao meu namorado e amigo Rafael, por todo carinho, amor, respeito, paciência, apoio e contribuições teóricas, ortográficas e normativas dadas na elaboração desse trabalho, sem você tudo seria muito mais difícil.

Agradeço em especial a meus pais e meu irmão pelo amor, apoio e por tudo o que sou.

*“A educação sozinha não transforma
a sociedade, sem ela tão pouco a
sociedade muda.”*

Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo tem como tema as atividades de formação sociopolítica realizadas pelo NESSOP no período compreendido entre 2005 e 2010. Através da análise de cinco experiências selecionadas objetivamos identificar as contribuições que estes processos de formação trouxeram a seus participantes enquanto sujeitos sociais. Para tanto partimos de concepções e estudos sobre Educação Não-Formal e Educação Popular, identificando em que medida orientam e fundamentam os projetos de formação do Núcleo. Posteriormente realizamos um breve resgate histórico do Serviço Social com o objetivo de conhecer o posicionamento da profissão face ao seu caráter sócio-educativo desde sua origem até os dias atuais. Em seguida relatamos as experiências de formação do NESSOP, identificando conteúdos, metodologias didático-pedagógicas, número de participantes e as avaliações dos coordenadores. Diante do objetivo do trabalho tornou-se fundamental, para que se possa fazer qualquer afirmação quanto as contribuições das experiências de formação, a realização de entrevistas junto aos sujeitos participantes dos projetos. Na análise dos depoimentos destes sujeitos constatamos que as atividades contribuíram para ampliar o universo de significado dos participantes no contexto social em que atuam e estão inseridos, ou seja, contribuiu para a construção da consciência crítica. Todavia, foram identificados aspectos a serem qualificados, que são apresentados nas considerações finais.

Palavras Chave: **Educação Não-Formal, Educação Popular; Formação sociopolítica, Serviço Social.**

LISTA DE ABREVIATURAS

APP – Associação de Pais e Professores
CARMOCRIS – Conselho Comunitário do Monte Cristo
CETE – Conselho Estadual de Trabalho e Emprego
CFP – Curso de Formação Permanente
EP – Educação Popular
FAMESC – Federação Associação de Moradores do Estado de Santa Catarina
MEB – Movimento de Educação de Base
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
NEDC – Núcleo de Estudos sobre Desenvolvimento Comunitário
NEP – Núcleo de Estudos das Populações
NESSOP – Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular
OBC – Organizações de Base Comunitária
ONG – Organização não-governamental
SEPEX – Semana de Pesquisa e Extensão
UFECO – União Florianopolitana de Entidades Comunitárias
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Posturas professor-alunos na educação tradicional.....	20
Quadro 2: Diferenças entre educação formal e educação não-formal	25
Quadro 3: Atividades de formação realizadas pelo NESSOP (1998-2010).....	43
Quadro 4: Curso em Gestão Comunitária e Política Urbana (2005)	48
Quadro 5: Primeira etapa do Curso CARMOCRIS.....	54
Quadro 6: Segunda etapa Curso CARMOCRIS.....	55
Quadro 7: Proposta de Capacitação para Bases da UFECO.....	58
Quadro 8: Cronograma do Curso de Formação Permanente - 1ª edição.....	62
Quadro 9: Perfil dos entrevistados	67
Quadro 10: Atuação dos entrevistados em instâncias de gestão de Florianópolis ...	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Atividades do NESSOP no período 2005-2010 com participantes.....	44
Tabela 2: Participação nos Seminários Regionais (2007).....	52
Tabela 3: I Encontro da UFECO e as Entidades Comunitárias.....	59

SUMÁRIO

1. Introdução.....	12
2. Educação, Educação Não-Formal e Educação Popular.....	17
2.1. Educação: fundamentos e propósitos.....	17
2.2. Educação Não-formal e Educação Popular: conceituações e diferenciações .	23
2.3. O Serviço Social e as ações sócio-educativas	34
3. O NESSOP e As Experiências de Formação Sociopolítica	40
3.1. NESSOP: breve histórico e atividades de formação.....	40
3.1.1. Formação Sócio Política em Gestão Comunitária e Política Urbana.....	45
3.1.2. Seminários Regionais: O Direito à Cidade e o Plano Diretor Integrado e Participativo de Florianópolis.....	49
3.1.3. Formação Socio-política para Lideranças do CARMOCRIS: “Curso de Formação para as Lideranças do CAMOCRIS 2008”	53
3.1.4. Capacitação Socio-política do Corpo Diretivo da UFECO e suas Bases: “Proposta de Capacitação para a Diretoria da UFECO”	56
3.1.5. Curso de Formação Permanente: Ações Coletivas, Democracia Participativa e Direitos Sociais – 1ª edição.....	60
3.1.6. Considerações de síntese parciais	65
3.2. Os sujeitos e a formação sociopolítica	66
4. Considerações Finais	78
Referências Bibliográficas.....	83
Apêndice	86

1. INTRODUÇÃO

O Assistente Social como trabalhador inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, necessita incessantemente atualizar-se e capacitar-se para garantir uma intervenção exitosa, no sentido de contribuir para dar respostas mais qualificadas e resolutivas às mais diferentes e emergentes demandas advindas da sociedade. Durante o período de graduação esta qualificação do profissional é exaustivamente mencionada, numa perspectiva de formá-lo preparado para realizar um trabalho comprometido com o projeto ético-político da profissão, na perspectiva de garantir a construção e efetivação dos direitos sociais dispostos na Constituição Federal de 1988.

A história tem mostrado que esse processo de construção e efetivação dos direitos sociais, não se concretiza sem a iniciativa e participação da sociedade civil organizada, e essa, por sua vez, têm expressado a necessidade de formação sociopolítica para qualificar sua participação em instâncias de deliberação. Essa formação vem se dando através da educação para a cidadania e educação popular em processos não-formais de educação.

Portanto, a perspectiva da educação popular é primordial para a construção e efetivação de direitos sociais e uma demanda para uma profissão que atua em processos de educação social não formal de cidadãos adultos, como é o caso do Serviço Social.

Durante a realização do estágio obrigatório supervisionado no período de agosto de 2009 até junho de 2010, no Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organizações Populares (NESSOP) estivemos vinculados ao projeto de formação intitulado “Curso de Formação Permanente: Ações Coletivas, Democracia Participativa e Direitos Sociais”, dirigido à sujeitos da sociedade civil atuantes na vida associativa ou em instâncias de deliberação do município de Florianópolis.

Nesse período, temáticas relacionadas aos processos de formação sociopolítica, à educação não-formal, à qualificação para a cidadania e a atuação do Serviço Social neste contexto sempre se fizeram presente. Esses temas materializaram-se na busca por, fundamentos e esclarecimentos, entre outros sobre: metodologias e didáticas que contribuíssem para a efetivação dos objetivos propostos; conteúdos que proporcionassem qualificação dos cursistas nas instâncias de participação democrática; bibliografia especializada; e experiências vivenciadas por outros profissionais.

Todavia, os temas tinham questões em aberto, sendo que naquele momento evidenciou-se a pouca produção teórica do Serviço Social no que se refere a inserção e atuação em processos de formação sociopolítica e a necessidade de um aporte teórico que esclarecesse e conceituasse formação e educação não-formal. Além do mais, ficou clara a necessidade de se estudar a inserção do Serviço Social em processos de formação sociopolítica e a efetividade dos projetos de formação oferecidos pelo NESSOP.

Ao longo da trajetória do NESSOP junto aos movimentos sóciocomunitários e na parceria com a UFECO, o Núcleo pôde constatar a existência de uma enorme demanda por formação sociopolítica por parte das lideranças comunitárias. É com base nessas informações e com a certeza no apontado por Vasconcelos, de que “à população não basta organizar-se para reivindicar, faz-se necessário ter acesso a um saber que a instrumentalize em relação ao como e ao que reivindicar, na busca de alternativas possíveis e de como viabilizá-las” (2000, p. 130), que o Núcleo tem buscado, através da realização de diferentes atividades de capacitação, seja no formato de cursos, encontros, seminários, palestras, mesas-redondas e outros, dar respostas a essa demanda posta por aquele que é seu principal interlocutor, ou seja, as organizações populares.

Sabendo que o profissional de Serviço Social deve estar atento às mudanças e transformações sociais, aos novos espaços ocupacionais e, principalmente, às demandas de seus usuários, entendemos que pesquisar projetos de formação sociopolítica, pode propiciar um entendimento sobre o que significa essa prática para a profissão e contribuir para futuros projetos destinados à qualificação de sujeitos sociais envolvidos com a realidade da vida sóciocomunitária.

Diante da relevância dos processos de formação sociopolítica para a participação qualificada dos sujeitos sociais nos diferentes espaços de deliberação

política e da relevância do Serviço Social na efetivação desse processo nos propusemos a realizar pesquisa, cujo objeto central de estudo foi identificar as contribuições que as atividades de formação sociopolítica oferecidos pelo NESSOP, no período compreendido entre 2005 e 2010, proporcionaram aos seus participantes, em suas atuações enquanto sujeitos sociais, tendo em vista o desenvolvimento de uma consciência crítica e participativa nos processos de gestão das entidades comunitárias, bem como em conselhos de gestão das políticas públicas.

Entre os objetivos específicos a serem investigadas no desenvolvimento desta pesquisa, destacamos: Identificar a concepção de formação sociopolítica e educação não-formal de adultos que orientam e/ou fundamentam os projetos do NESSOP; Identificar os procedimentos utilizados pelo Núcleo no processo de formação sociopolítica; Identificar a validade da metodologia utilizada durante os processos de formação sociopolítica oferecidos pelo NESSOP; Identificar se a participação em algum dos Cursos oferecidos pelo NESSOP motivou a participação na vida associativa da cidade; Problematizar acerca da suficiência dos conteúdos abordados nos Cursos para a qualificação em instâncias de participação democrática.

A pesquisa base deste trabalho foi elaborada através de estudo bibliográfico a partir de artigos, livros, trabalhos de conclusão de curso, bem como tem uma base empírica, na qual foram realizadas entrevista semi-estruturadas com sujeitos participantes em atividades de formação do NESSOP no período 2005-2010. Ainda, foram realizadas entrevistas com as coordenadoras das atividades pelo NESSOP, com vistas a identificar intencionalidades profissionais e possíveis aprendizados dos sujeitos, o público alvo participante.

A pesquisa científica ora sistematizada neste TCC se caracteriza, sobretudo, por ser do tipo qualitativa com base empírica, que conforme Minayo tem como objetivo responder a questões da realidade que não podem ser quantificados “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (2001, p.45).

Os critérios utilizados para selecionar as atividades de formação promovidas pelo Núcleo, neste período, seriam objeto da pesquisa foram os seguintes:

(i) promoção de formação sociopolítica a sujeitos sociais; (ii) público-alvo formado por bases do associativismo comunitário de Florianópolis e região; e (iii) carga horária superior a oito horas.

Dessa forma as atividades que atenderam à estes critérios foram:

- Formação Sociopolítica em Gestão Comunitária e Política Urbana (2005);
- Seminários Regionais: “O Direito à cidade e o Plano Diretor Integrado e participativo de Florianópolis” (2007);
- Formação Sociopolítica para lideranças do CARMOCRIS: “Curso de Formação para as Lideranças do Carmocris” (2008);
- Capacitação Sociopolítica do corpo diretivo da UFECO e suas bases: “Proposta de Capacitação para a Diretoria da UFECO” (2008);
- Curso de Formação Permanente: Ações Coletivas, Democracia Participativa e Direitos Sociais – 1ª edição (2009);

Para a pesquisa realizaram-se entrevistas com dois participantes de cada atividade, sendo que os critérios para seleção destes foram: ter participado integralmente (75% de frequência) da atividade de formação; residir em Florianópolis. Salienta-se que, para obtenção de uma representação mais equilibrada dos participantes, buscou-se garantir a existência de proporções equivalentes, entre os selecionados, de indivíduos com visibilidade pública bem como daqueles cuja participação está restrita ao ambiente de suas comunidades.

O presente TCC está estruturado em quatro seções. A primeira seção – esta, na qual se objetiva introduzir e esclarecer o leitor a respeito do estudo. A segunda seção, na qual se conceitua a Educação Formal, a Educação Não-Formal e a Educação Popular, seu objetivos e desafios. Para realizar as conceituações necessárias, nos apoiamos basicamente nos autores Freire, Gadotti, Gohn, Nogueira, Souza, Streck. Em seguida direcionamos um olhar para o Serviço Social e os processos educativos na profissão, sendo que para tal nos apoiamos sobretudo nos estudos de Neto, Iamamoto, Silva, Abreu e Yazbek.

Na seção seguinte realizamos um breve resgate histórico do NESSOP e, de forma sucinta, relatamos os Cursos de formação sociopolítica selecionados para a pesquisa. Nesta mesma seção são apresentados e analisados os dados levantados nas entrevistas.

A última seção tratará de concluir o trabalho comparando os objetivos propostos no estudo com os resultados alcançados, com a apresentação de sugestões para a continuidade das atividades de formação do NESSOP.

2. EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL E EDUCAÇÃO POPULAR

2.1. Educação: fundamentos e propósitos

A vocação ontológica do homem, segundo Paulo Freire (2001) é a vocação de ser sujeito, o que, segundo o mesmo, significa determinar sua própria história, ser capaz de refletir acerca do mundo a sua volta, criticar, decidir, organizar-se, superar a simples adaptação ao meio social. Assim, sujeito é aquele que, consciente de sua realidade social e histórica, é capaz de transformá-la participando ativamente da história. Porém, o processo que leva o ser do estado adaptado ao estado sujeito só pode realizar-se através da reflexão crítica sobre seu momento histórico, sobre sua realidade concreta. Quanto mais refletir sobre a realidade, mais emerge plenamente, consciente, comprometido, pronto para intervir e para transformar.

Freire aponta ainda outro aspecto a ser considerado no contexto da formação da consciência crítica, quando expressa que “o homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade, se não é auxiliado a tomar consciência da realidade e de sua própria capacidade para transformá-la” (FREIRE, 2001, p. 46).

Esta tomada de consciência, como um movimento epistemológico, depende, dessa forma, de uma série de ações, quais sejam, o reconhecimento objetivo e intersubjetivo, o entendimento, a reflexão, crítica, etc. Em todas estas ações, ao reconhecer-se o caráter cognitivo e intelectual intrínseco, a educação tem a vitalidade de promovê-las. Por conseguinte, reconhece-se a centralidade da educação no processo de emancipação, uma vez que a mesma

é a coluna vertebral dos processos de desenvolvimento e emancipação social. É a prática humana mais humana que podemos realizar enquanto espaço e processo de socialização humana, social,

cultural e política. Nesse sentido, os sistemas educacionais são centrais para conformar o futuro de nossos países. (CEAAL, 2000, *apud* SOUZA, 2007, p. 137)

Portanto, é sabido que a prática educativa é uma dimensão necessária da prática social, como a prática produtiva, a cultural, a religiosa, etc. “Enquanto prática social, a prática educativa é fenômeno típico da existência, por isso mesmo fenômeno exclusivamente humano. Daí também que a prática educativa seja histórica e tenha historicidade” (FREIRE, 2007, p. 68).

Esta prática educativa, como toda e qualquer prática humana é, portanto, e nos diferentes momentos em que a queiramos analisar, historicamente situada e, talvez mais importante ainda, historicamente construída. A educação que se tem hoje é, assim, determinada pelas condições concretas e culturais tanto da atualidade, como também, pela acumulação e transformação de toda uma série de acontecimentos passados.

De outro modo, não pretendendo esgotar o assunto e reconhecendo as limitações inerentes a qualquer tentativa de “explicação direta” de situações atuais a partir de seu histórico, reconhece-se a contribuição que o conhecimento da “história” da educação, em sua existência ocidental, pode dar para um entendimento mais enriquecido sobre o tema hoje, bem como a respeito de seus desafios e possibilidades.

Na Grécia antiga, os processos educativos tinham como ideal formar, no homem das classes dirigentes, o cidadão com capacidade para decidir, para governar a cidade e se fazer obedecer pelas demais classes, isso é formar para o exercício da cidadania, como esta era entendida na época.

Já no Iluminismo começa a nascer a ideia de uma educação pública, laica, gratuita e de caráter científico de acordo com as necessidades dos então recentes Estados Nacionais e em oposição aos domínios da Igreja Católica. Porém, esse projeto justificou a existência de diferentes tipos de escola, uma para o povo e outra para as classes dirigentes. Acerca deste contexto, Manacorda (1989) analisa ser “evidente que para cada ordem de cidadãos num Estado há um tipo de educação próprio: educação para os filhos dos soberanos, educação para os filhos dos grandes, educação para as crianças dos campos” (MANACORDA *apud* RIBEIRO, 2001 p .30).

A Revolução Francesa traz a educação como pressuposto para o alcance da nascente cidadania burguesa, assentada sobre os princípios da liberdade e da igualdade. De acordo com estes princípios, a sociedade deveria oferecer condições iguais para que os indivíduos pudessem exercer a cidadania plena. Contraditoriamente a isso, o Estado Burguês inviabiliza a universalização da educação pública através de artifícios de exclusão que impedem o acesso da totalidade da população à mesma (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002)

Com a Revolução Industrial e sob influência do funcionalismo, tornou-se senso comum até meados do século XX, uma visão extremamente otimista da educação, apontando-a como central no processo de superação do atraso econômico, do autoritarismo e na construção de uma sociedade mais justa, moderna (centrada na razão) e democrática (fundamentada na autonomia individual). Nesta perspectiva, a educação pública e gratuita resolveria o problema do acesso à educação e possibilitaria a igualdade de oportunidades a todos. Deste modo, a educação seria neutra e defenderia um conhecimento racional e objetivo (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002).

Porém, para Bourdieu (1998 *apud* NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002), a educação contemporânea deixou de ser instância transformadora e democratizadora das sociedades, passando a ser uma das principais instituições por meio da qual se legitima e se reproduzem as desigualdades sociais e o *status quo* vigente.

Foucault (1977), já nos anos 1960, reflete que a escola e a educação podem assumir um caráter repressor e domesticador. Embora este autor não faça uma análise detalhada destas categorias, analisou a escola e a educação formal como exercendo um papel no crescimento do poder disciplinar, ou seja, interiorização e transformação, pelo indivíduo, da dominação em comportamento natural, automatizado, reproduzido inconscientemente; gradual transformação do indivíduo nas engrenagens da máquina de vigilância a qual ele próprio está submetido. Em *Vigiar e Punir*, o autor pergunta: "devemos ainda nos admirar que a prisão se pareça com as fábricas, com as escolas, com os quartéis, com os hospitais, e todos se pareçam com as prisões?" (FOUCAULT, 1977, p. 199).

Não parece curioso que a educação, anteriormente definida como "coluna vertebral dos processos de emancipação", seja agora comparada a (e adquira os contornos de) uma prisão? Assim seria se as escolas, enquanto aparelhagem institucional, e a educação, enquanto método, não tivessem evoluído (assim como

as prisões, as fábricas, os hospitais e a quase totalidade de nossas organizações contemporâneas) para tornarem-se mecanismos de controle social. Ainda segundo Foucault (1977) o processo educacional baseia-se em técnicas particulares de governo, cujo desenvolvimento pode ser traçado historicamente e arqueologicamente, bem como produz e reproduz, em diferentes momentos, regras e práticas particulares.

Portanto, apesar de ser a educação uma das chaves para a transformação dos indivíduos em sujeitos atuantes na história, ao longo dos anos, converteu-se em instrumento de docilização social, em método de fabricação de força de trabalho, em um sistema cujo funcionamento contribui para a reprodução e conservação da dominação das massas pelas elites.

A educação, numa concepção ampliada, abrange os diferentes processos formativos do homem, como a vida familiar, o trabalho, o lazer, a participação política e a escola, acaba por restringir-se na modernidade à educação escolar, também denominada educação formal, que, embora separada do mundo do trabalho, é determinada pela organização dos processos produtivos (RIBEIRO, 2001).

Nesse contexto, segundo Freire (2001), a educação, escolar ou formal, passa a ser o ato de depositar, no qual os alunos são os depósitos e o professor aquele que deposita, por isso denominada por esse autor de “educação bancária”, pois se deposita nos educandos um conhecimento distante de suas realidades que eles recebem, aprendem e repetem. Neste processo, o conhecimento tem tendência de converter-se em algo sem vida e a petrificar-se.

A educação contemporânea, na visão do mesmo autor, mantém e reforça as contradições do capitalismo, através de práticas nas quais professor e alunos têm posições distintas, conforme demonstrado no quadro (1) seguinte.

Quadro 1: Posturas professor-alunos na educação tradicional

O professor	Os alunos
Ensina	são ensinados
sabe tudo	nada sabem
pensa para si e para os estudantes	não pensam
fala	escutam
estabelece, impõe sua opção	submetem-se

O professor	Os alunos
atua	têm a ilusão de atuar graças à ação do professor
escolhe o conteúdo	adaptam-se ao conteúdo escolhido
é sujeito do processo de formação	são objetos do processo de formação

FONTE: Adaptado de Freire (2007, p. 91).

As práticas mencionadas acima e vigentes na educação formal de nossos dias, inviabilizam a apreensão do conhecimento, a reflexão e não propiciam o desabrochar da consciência crítica, determinantes para a transformação do homem em sujeito de sua história.

Freire (1989) salienta que existem três graus de consciência da realidade, em parte condicionados pela estrutura histórico-cultural:

1. *a consciência intransitiva* – caracterizada pela ausência de discernimento acerca da realidade que rodeia o sujeito (incapacidade de entender as problemáticas que o cercam);
2. *a consciência ingênua* – caracterizada por uma compreensão mágica da realidade que pode ser percebida na fragilidade nas argumentações do sujeito;
3. *a consciência crítica* – marcada pela segurança de argumentos, pela recusa a qualquer tipo de autoritarismo e dominação, pela presença do diálogo e pelo compromisso com a libertação e emancipação do ser humano.

Já Guerreiro Ramos (1996), também referindo-se à consciência crítica, afirma que esta surge quando um indivíduo ou um grupo torna-se capaz de refletir sobre os fatores que o determinam para, então, conduzir-se como sujeito diante dos mesmos, renunciando à simples aceitação de ditames externos.

Esta tomada de consciência, “tanto da realidade como de nós mesmos e, portanto, crítica e coletiva”, é defendida por Guerreiro Ramos (1996) como a única forma dos sujeitos e das coletividades tornarem-se capazes de se orientarem a partir de um projeto com objetivos autodeterminados e que vise mais do que a mera subsistência. Para este autor, tal consciência é um ato voluntário de desprendimento da existência bruta e representa, portanto, a “elevação” desses indivíduos ou coletividades ao nível de sujeitos, adquirindo liberdade em face da realidade.

Ambos os autores mencionados acima, Freire e Ramos, concordam com a necessidade do indivíduo reconhecer-se como um ser histórico, inacabado e em

movimento (ontem, hoje e amanhã) e que, por conseguinte, constrói sua própria realidade. Nesse sentido, Freire (2005), ao afirmar que não há seres humanos sem mundo, sem realidade, enfatiza que o ponto de partida para a construção da consciência crítica esteja sempre nos próprios seres humanos, no seu *aqui* e no seu *agora*, que constituem a situação em que se encontram ora imersos, ora emersos, ora insertados. Conhecer essa realidade possibilita compreender a si mesmo e aos outros como frutos de uma situação histórica e não como sujeitos determinados.

Portanto, a constituição do homem como sujeito-histórico-emancipado, só é possível através da reflexão sobre seu momento histórico, sobre sua realidade concreta e somente quando ultrapassa a esfera espontânea de apreensão da realidade e chega a uma esfera crítica. Neste movimento de reflexão e superação, a prática educativa, por si só, certamente não é o único elemento formador de consciência crítica, mas se caracteriza como um dos elementos centrais para o seu desabrochar.

Entretanto, não é qualquer prática educativa que é capaz de promover mudanças no processo do pensar e do fazer do homem e dos coletivos. Para isso, faz-se necessária a constituição de uma educação voltada para a emancipação, que forme cidadãos para atuar em nível local e até mesmo global, transformando culturas políticas e lutando contra práticas educativas opressoras, a partir da promoção de uma educação dialógica. Por educação dialógica, com base em Freire, entenda-se aquela: que recuse o autoritarismo; que esteja aberta às necessidades populares; que conduza a tomadas de iniciativas que promovam mudanças e fortaleçam as relações sociais. Tal educação depende do desenvolvimento de (novos) conhecimentos, habilidades, competências, valores, princípios, hábitos e atitudes.

Uma ação educativa que tenha como norte a liberdade e a emancipação humana deve necessariamente estar precedida de uma reflexão sobre o indivíduo e de uma análise do meio de vida concreto do indivíduo concreto a quem se quer educar. É preciso que, em seus conteúdos, seus programas e seus métodos, esteja adaptada ao fim que se persegue: permitir ao indivíduo chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, fazer a cultura e a história (FREIRE, 2001).

Dessa forma retomamos a afirmação de que não é de qualquer prática educativa que se fala quando se tem como objetivos a formação de sujeitos

conscientes e atuantes na sociedade. Não serão as práticas educativas formais, hegemônicas na atualidade, guiadas pela razão utilitarista, confiadas a especialistas detentores de um saber técnico-científico, que possuem como objetivos atender aos ditames do mercado e ajustar o indivíduo à sociedade, que possibilitarão alcançar estes objetivos. Para tanto é necessário uma educação que

considere a vocação ontológica do homem - vocação de ser sujeito - e as condições em que ele vive: em tal lugar exato, em tal momento, em tal contexto. Mais exatamente, para ser instrumento válido, a educação deve ajudar o homem, a partir de tudo o que constitui sua vida, a chegar a ser sujeito (FREIRE, 2001, p. 39).

É na busca por práticas alternativas que possibilitem o alcançar destes objetivos ou tenham como norte de suas ações os mesmos, que lançamos olhos para as práticas de educação não-formais, dentre as quais enfocamos especialmente a Educação Popular.

2.2. Educação Não-formal e Educação Popular: conceituações e diferenciações

O que caracteriza uma prática educativa? Quais elementos possibilitam caracterizar uma determinada prática como educativa ou não? Quais são os núcleos fundamentais desta prática? Freire (1989) nos indica que toda prática educativa é caracterizada pelos seguintes aspectos:

- presença de sujeitos - educador e educando;
- conteúdos;
- objetivos mediatos e imediatos a que se destina a prática educativa;
- métodos, processos, técnicas de ensino e materiais didáticos, que devem estar em coerência com os objetivos do projeto pedagógico.

Consideramos relevantes as questões acima levantadas por acreditarmos que as mesmas sejam centrais para uma pesquisa que tem como objeto processos pretensamente educativos, porém, distanciados em muitos aspectos da prática educacional que, na modernidade, foi definida restritamente como a única possível

para o desenvolvimento e formação dos indivíduos. Especificamente, a prática escolar, também denominada educação formal.

Seria o sistema educacional baseado na escola - com todas as suas formalidades, regras e normas - a única forma possível de formação dos indivíduos? O que deveria definir se um indivíduo tem ou não uma formação plena? Seria uma outra educação possível?

Se considerarmos os aspectos que Freire elege como sendo aqueles característicos de práticas educativas, é possível concluir que as mesmas podem referir-se a um amplo número de práticas que objetivem a formação e o desenvolvimento humano e que, portanto, não precisam estar limitadas ao e pelo ambiente escolar.

Dentre estas práticas “alternativas” de educação, os projetos que a presente pesquisa tem por objeto podem ser caracterizados como iniciativas de educação não-formal ou educação popular. Estas são duas concepções educacionais que procuram romper com as metodologias de educação tradicionais - que não respeitam os saberes, os valores e os modos de viver dos educandos - e, portanto, constituem-se como a base do referencial teórico que subsidiará este estudo.

O termo *educação não-formal*, segundo Trilla (1996), começa a aparecer relacionado ao campo pedagógico em um momento histórico compreendido como crise do sistema escolar, mais precisamente no início dos anos 1960. Nesse momento, a postura otimista que até então se tinha em relação à educação escolar começa a ser substituída por uma postura de contornos bem mais pessimistas, tornando-se essa alvo de uma série de críticas, passando a ser percebida por diferentes setores da sociedade como incapaz de responder às demandas que lhe eram impostas.

O movimento de educação não-formal vem acontecendo através de diferentes práticas mediadas por relações educacionais. Estas práticas ainda se encontram em processo de aceitação - em alguns aspectos bastante lentos - quanto ao seu pleno reconhecimento como práticas educativas por não obedecerem a uma série de requisitos formais (GARCIA, 2008). Entretanto, tais relações educacionais constituem-se, na prática, como diferentes modos de vivenciar e compreender o processo de ensino-aprendizagem.

Objetivando evidenciar as diferenças existentes entre a educação formal e a educação não-formal, Gohn (2006) faz uma análise comparativa entre estas duas

categorias levantando questões que nos auxiliam a compreender suas diferenças essenciais. Para esta autora, a principal diferença reside no fato de que a educação formal é desenvolvida no ambiente escolar com conteúdos previamente demarcados, enquanto a educação não-formal acontece “no mundo da vida” por meio de processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos. Outros aspectos que, segundo Gohn (2006), diferenciam uma prática da outra estão sucintamente elencados no quadro (2) abaixo:

Quadro 2: Diferenças entre educação formal e educação não-formal

	Educação formal	Educação não-formal
Quem educa	Os professores	O “outro”, aquele com quem interagimos ou nos integramos
Onde se educa	Nos territórios da escola, nas instituições regulamentadas e organizadas segundo diretrizes nacionais	Normalmente em territórios não institucionalizados e informais, fora das escolas, locais onde há processos interativos intencionais
Como se educa	Através de regras, normas e padrões comportamentais definidos previamente	Através de situações e ambientes interativos, construídos coletivamente, segundo normas definidas pelos grupos
Finalidades	Ensino e aprendizagem de conteúdos sistematizados e normatizados por leis	Capacitar indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo; abrir janelas do conhecimento sobre o mundo aos indivíduos
Principais atributos	Requer tempo, local específico, pessoal especializado, sistematização das atividades, disciplinamento, regulamentos e leis, tem caráter metódico e divide-se por série-idade-conteúdo	Não é dividida por série-idade-conteúdo, atua sobre aspectos subjetivos do grupo; fundamenta-se no critério da solidariedade e dos interesses comuns

Fonte: Adaptado de Gohn (2006, p. 29-30).

Outro importante elemento de diferenciação entre a educação não-formal e a formal, levantado pela mesma autora, é o que se refere aos resultados esperados em cada uma das práticas. Para a educação formal, a aprendizagem efetiva de determinados conteúdos, a certificação e a titulação seriam os resultados esperados, já a educação não-formal pode desenvolver processos como:

Consciência e organização de como agir em grupos coletivos; Construção e reconstrução de concepções de mundo e sobre o mundo; Contribuição para um sentimento de identidade em uma dada comunidade; Forma o indivíduo para a vida e suas adversidades e não apenas para o mercado de trabalho; Os indivíduos adquirem conhecimento de sua própria prática, os

indivíduos aprendem a ler e interpretar o mundo que os cerca (GOHN, 2006, p. 31).

Enquanto modalidade de ensino-aprendizagem, esta prática pode ser compreendida em seis dimensões: (1) a qualificação dos indivíduos para o trabalho; (2) a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; (3) a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários; (4) a educação realizada na e pela mídia; (5) a aprendizagem de conteúdos da escolarização formal em modalidades e esferas diversificadas; e (6) a educação para a vida, no sentido de garantir a qualidade de vida (BRASIL, 2003).

Dessa forma, reconhece-se a amplitude conceitual do termo “educação não-formal”, utilizado para designar diferentes práticas educativas que vão desde aquelas voltadas para a qualificação ao mercado de trabalho até aquelas que ocorrem no campo social, como: educação popular, educação comunitária, educação social, formação sociopolítica. É por estes e outros motivos que se considera a educação não-formal como uma área do conhecimento ainda em construção.

Devido à sua natureza e as suas já mencionadas características definidoras, a educação não-formal aparece comumente associada à esfera cultural da vida. A transformação cultural de indivíduos e coletivos pode ser alcançada por meio de práticas não-formais de educação quando estas estiverem ligadas à aprendizagem política dos direitos dos indivíduos e à participação em atividades coletivas.

No Brasil, segundo Garcia (2008), a trajetória da educação não-formal como prática direcionada ao desenvolvimento humano e social começou com as iniciativas de alfabetização de adultos e teve como base as propostas pedagógicas de Paulo Freire, as quais, em conjunto, convencionou-se chamar de Educação Popular (EP) e possuíam como categoria fundamental a conscientização. Especificamente, esta prática, enquanto paradigma político-educativo, teórico e metodológico, tem suas raízes nas práticas de Educação de Jovens e Adultos iniciadas na década de 1960 no Nordeste brasileiro, a partir das experiências de Paulo Freire e de sua educação libertadora do sujeito oprimido (SOUZA, 2007).

O método se ampliou para todo território nacional com o apoio do governo federal entre 1961 e 1964. Contudo, o mesmo foi visto por muitos como uma ameaça real à ordem existente, por se propor a ir além da mera alfabetização

funcional, preparando para um juízo crítico das alternativas e abrindo ao povo a possibilidade de autodeterminação de seu futuro (FREIRE, 2001).

Com o golpe militar de 1964, o movimento de EP e seus promotores foram duramente reprimidos, impossibilitando, desta maneira, a plena realização de seu projeto político-pedagógico. Certos setores tradicionais acreditavam que a efetivação deste poderia representar um violento choque eleitoral. O governo temeroso só permitiu a realização de programas de alfabetização de adultos de caráter assistencialista e conservador, assumindo o controle destas atividades ao lançar programas de alfabetização como o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) e apoiar programas que revisavam a metodologia freireana ou se opunham à mesma como o MEB (Movimento de Educação de Base) e a Cruzada ABC (Cruzada da Ação Básica Cristã) (SOUZA, 2008). Com isso, as orientações metodológicas e os materiais didáticos da alfabetização de adultos esvaziaram-se de todo sentido crítico e problematizador proposto anteriormente por Freire (CUNHA, 1999).

Durante a década de 1970, as práticas de educação popular observaram um resgate na medida em que as lutas sociais retomavam vigor e, assim, estas práticas foram reintroduzidas na pauta de discussões pelos movimentos sociais. Nesse período, a EP manteve sua unidade, combatendo as ditaduras e apresentando projetos “alternativos” (GADOTTI, 2000).

Com a redemocratização em 1988, o projeto educativo da EP sofre uma fragmentação em dois sentidos:

de um lado ela ganhou uma nova vitalidade no interior do Estado, diluindo-se em suas políticas públicas; e, de outro, continuou como educação não-formal, dispersando-se em milhares de pequenas experiências. Perdeu em unidade, ganhou em diversidade e conseguiu atravessar numerosas fronteiras. (GADOTTI, 2000, p. 6).

Como expressão da penetração das práticas de EP nas políticas estatais, o retorno de Freire do exílio e sua ascensão ao cargo de Secretário Municipal de Educação de São Paulo em 1989 representa, na cidade, a substituição das diretrizes do seu projeto pedagógico e, no cenário nacional, um maior reconhecimento deste paradigma político-pedagógico entre as outras tendências educacionais, passando a incorporar-se ao fluxo da política e da pedagogia (STRECK, 2006).

Por outro lado, segundo Gadotti (2007), outras manifestações ligadas à educação popular continuam a florescer fora do arcabouço estatal, estando ou não associadas ao mesmo. Multiplicam-se iniciativas da sociedade civil, com expressão

nas organizações não-governamentais (ONGs), nas organizações de base comunitária (OBCs) e em outros movimentos sociais, as quais oferecem espaços alternativos para novas vivências educativas. Este é, concordam alguns autores como Gadotti (2007) e Gohn (2005), o campo mais fértil da EP na atualidade. Nesta conjuntura, os educadores que permaneceram fiéis aos princípios deste paradigma educacional atuam principalmente na educação pública popular – no espaço conquistado no interior do Estado –; na educação comunitária e na educação ambiental ou sustentável, predominantemente não-governamentais (GADOTTI, 2007).

A própria história da EP no Brasil - com suas lutas e repressões, avanços e retrocessos, ideais e ideologias - serve de indicativo para o fato de que a mesma não pode ser considerada simplesmente como mais uma metodologia de ensino ou como uma técnica educacional que prescinde do ambiente escolar. O referido paradigma educacional está comprometido com a transformação social e, por este motivo específico, apresenta o conturbado histórico brevemente abordado até aqui.

A EP é, na verdade, um construto amplo e complexo, o qual aglutina: técnicas e orientações metodológicas próprias; posicionamentos epistemológicos, filosóficos, políticos claros; e comprometimento com a conscientização, a emancipação e, finalmente, a libertação de indivíduos e coletivos. Faz-se, portanto, necessário que procedamos à uma investigação mais aprofundada deste conceito e dos temas que o circundam para que, então, possamos dar seguimento à análise proposta nesta pesquisa.

Esta amplitude conceitual é reforçada pela certeza expressa por Freire de que a educação não é nem pode ser neutra, uma vez que é um ato político, o qual exige que se assumam posições. Portanto, a prática educativa possui uma dimensão política que, não sendo neutra, “implica opções, rupturas, decisões, estar com e pôr-se contra, a favor de algum sonho e contra outro, a favor de alguém e contra alguém” (FREIRE, 2007, p. 41). Diante do caráter político da educação, este mesmo autor aponta-nos algumas exigências que uma prática educativa que se quer progressista traz:

- necessidade de decidir, de romper, de escolher e de se ter coerência com a opção que se fez;
- deve ser sempre um fazer desocultador de verdades;

- deve ser ética e justa contra a exploração dos homens e em favor de sua vocação ontológica de ser sujeito da sua história;
- é preciso ter claro a favor de quem e do que se está;
- deve objetivar a transformação das relações sociais existentes a partir do desenvolvimento de conhecimentos habilidades, competências, valores, princípios, hábitos e atitudes. (FREIRE, 2007)

Foi movido por esta certeza – da educação como ato político –, que Paulo Freire colaborou para o desenvolvimento, formulação e divulgação de uma pedagogia politicamente comprometida com a transformação social. Seus esforços e seu legado culminaram em uma prática educativa internacionalmente conhecida como educação popular, compreendida hoje como uma pedagogia e uma proposta pedagógica cujos princípios estão relacionados à mudança da realidade opressora, o reconhecimento, a valorização e a emancipação dos diversos sujeitos individuais e coletivos.

Neste sentido, Carvalho realiza a seguinte reflexão acerca da EP, quando afirma que esta é:

entendida como uma prática discursiva engajada politicamente, comprometida com os segmentos sociais que sofrem diferentes processos de marginalização e diferentes formas de exclusão social (...) que se propõem a superar dicotomias como a distância entre o conhecimento popular e o conhecimento científico, entre o objetivo e o subjetivo, entre a prática e a teoria, a ciência e a vida (...). É uma perspectiva, uma metodologia, uma ferramenta de apreensão, compreensão, interpretação e intervenção propositiva, de produção e reinvenção de novas relações sociais e humanas (CARVALHO, 2003 *apud* SOUZA, 2007, p.133)

Assim, a EP consolidou-se como uma forma diferenciada de fazer educação, deixando de ser uma prática de alfabetização destinada às classes desfavorecidas e constituindo-se em uma teoria de formação humana em seu sentido mais amplo, comprometida, sobretudo, com a emancipação das maiorias oprimidas, reafirmando-se como fundamento de uma educação libertadora e emancipadora.

Já Morrow e Torres (2004) explicitam que os princípios fundamentais da EP são:

- possuir uma intencionalidade política e social, atuando que trabalha em prol das classes social e economicamente dominadas da sociedade;

- tentar combinar a investigação educacional com os processos educativos e com os processos de participação popular; tentando, deste modo, incorporar no mesmo processo político-pedagógico os educadores como aprendizes e os alunos como educadores;
- buscar uma interação dialética entre o conhecimento resultante das experiências sociais e culturais - conhecimento popular - com o conhecimento científico;
- assumir a necessidade de ter, uma visão da totalidade concreta, questionando, portanto, tanto o grau de especialidade que distancia um entendimento integral das práticas sociais e simbólicas, como a tentativa para transmitir a instrução basicamente para melhorar o funcionamento de um dado sistema social;
- tentar desenvolver não só a consciência crítica da população envolvida, mas também alternativas concretas para a organização (política, social e até econômica) e mobilização (participação) dos sujeitos na superação das condições em que se encontram.

A educação popular não possui uma metodologia pronta, uma cartilha a ser seguida. Seu principal pressuposto metodológico é utilizar o saber da comunidade como matéria-prima para o ensino, é aprender a partir do conhecimento do sujeito e ensinar a partir de palavras e temas geradores do cotidiano dele. Por conseguinte, como menciona Brandão (1984), alguns pontos de partida devem ser levados em consideração quando se objetiva uma prática educativa nesta direção: a cultura popular, no sentido de trabalhar com a identificação dos componentes da cultura dos educandos, com a produção de uma cultura que nasce deles mesmos; a influência e participação efetiva do educador como possibilitador do processo de transformação do sujeito popular em agente político; a construção do conceito de saber popular e a construção de práticas pedagógicas democráticas e libertadoras entre educador-educando. A predominância deste enfoque metodológico aberto aos saberes e viveres dos educandos é exposta por Brandão ao afirmar que a:

educação popular é mais um modo de presença assessora e participante do educador comprometido, do que um projeto próprio de educadores a ser realizado sobre pessoas e comunidades populares. Ela se realiza em todas as situações onde, a partir da reflexão sobre a prática de movimentos sociais e movimentos

populares, as pessoas trocam experiências, recebem informações, criticam ações e situações, aprendem e se instrumentalizam. A educação popular não é uma atividade pedagógica para, mas um trabalho coletivo em si mesmo, ou seja, é o momento em que a vivência do saber compartilhado cria a experiência do poder compartilhado. (1984, p. 72)

Para ser capaz de realizar seus objetivos, a EP precisa esforçar-se para que seus educandos venham a ser sujeitos cognoscentes. Para tanto, é indispensável ter em mente que a construção dialógica do nível de consciência necessário, ou seja a capacidade, de realizar a análise de suas realidades concretas é tão importante quanto certos conteúdos que o educador lhes deve transmitir. Neste sentido, o conteúdo básico da EP é “a compreensão, interpretação, explicação e projeção da transformação da existência humano social” (FREIRE, 2005, p. 56).

Portanto, o ponto de partida deve estar sempre nos próprios sujeitos, no seu aqui e no seu agora, que constituem a situação em que se encontram. Uma das expressões práticas deste enfoque metodológico é a construção de conhecimentos a partir de temas geradores. O tema gerador é um ponto central da EP e, por isso, faz-se necessário encontrar quais são as temáticas (o tema gerador) que movem os homens - este é o ponto de partida do processo de educação e da ação cultural do tipo libertador. Esta procura temática implica na procura pelo pensamento dos homens e mulheres, pensamento que se encontra somente no meio dos que questionam, reunidos, sua realidade. E a partir daí, da temática colocada, que vai sendo codificada, descodificá-la, isto é, abstrair sobre, retornar ao concreto e pensar como atuar sobre esta realidade, como modificá-la. Isto “não implica que se deva reduzir o concreto ao abstrato, mas que se mantenham os dois elementos, como contrários, em interrelação dialética no ato de reflexão” (FREIRE, 2001, p.35).

Uma das tarefas fundamentais da EP é inserir os sujeitos e os grupos populares no movimento de superação do saber de senso comum pelo conhecimento mais crítico (FREIRE, 2001), o que implica em uma diferente compreensão da história, recusando-se a qualquer explicação determinista, fatalista ou ingênua da realidade. Somente quando o homem apropria-se deste conhecimento crítico é que percebe a realidade como penetrável e passível de transformação e dialeticamente se reconhece como sujeito da história. Portanto, o horizonte desta prática é a de “uma educação através da qual ele, o sujeito, não se

veja apenas como um anônimo sujeito da cultura, mas como um sujeito coletivo da transformação da história e da cultura do país.” (BRANDÃO, 1984, p.103)

Para Freire (2007) existem dois grandes obstáculos a serem enfrentados quando se pretende uma prática educativa progressista. O primeiro refere-se à linguagem utilizada pelos educadores. Para o autor, o educador deve ser sensível à linguagem popular, deve buscar intimidade, familiaridade com a linguagem popular, isto sem renunciar à sua própria linguagem, pois essa renúncia significaria uma atitude populista e não progressista. Assim o educador deve respeitar e compreender uma linguagem muitas vezes diferente da sua. O outro, o segundo obstáculo a ser enfrentado, refere-se ao fato de o educador muitas vezes já ter o esquema teórico pronto, “montado”, ao iniciar sua prática, sem se preocupar com os conhecimentos e a sabedoria que os educandos já possuem, objetivando apenas que os mesmos conheçam o que ele julga importante e da forma por ele conhecida.

Ainda, Freire (2006) lembra que a EP não é um movimento tomado por um otimismo ingênuo, que vê a educação como a chave das transformações sociais, a solução para todos os problemas. É preciso ter claro que a educação progressista possui limites no que tange à transformação social, mas não se pode esquecer que “não podendo tudo, a prática educativa pode alguma coisa” (FREIRE, 2007, p. 99).

Assim, a educação popular deve contribuir para “a promoção da transformação social direcionada para a construção da humanidade de todos os seres humanos” (SOUZA, 2007, p. 140), devendo constituir-se em mecanismos de democratização, em que se refletem os valores da solidariedade e da liberdade.

O modelo teórico da educação popular trouxe novas e inéditas possibilidades para a prática da educação, além de oferecer grandes alternativas a esta. Ao longo dos últimos 50 anos se constituiu como uma das grandes teorias da educação, e trouxe inúmeras contribuições à teoria e à prática educativa em âmbito internacional. Gadotti analisa acerca dos legados da educação popular à pedagogia crítica elencando “a noção de aprender a partir do conhecimento do sujeito, a noção de ensinar a partir de palavras e temas geradores, a educação como ato de conhecimento e de transformação social e a politicidade da educação” (2000, p. 6) como apenas algumas dentre as inúmeras contribuições feitas.

Diferentemente do que se apresentou até aqui, isto é, Educação Popular como uma das formas de expressão da Educação Não-Formal, ponderamos necessário ressaltar que autores, como Paula (2007) e Streck (2006), consideram

estas duas práticas como categorias distintas e muitas vezes divergentes, principalmente no que tange a forma de conceber os processos de construção e gestão das práticas educativas. Segundo estes autores, conceitos fundamentais para a Educação Popular – como temas geradores, participação comunitária e conhecimento dos sujeitos – não são considerados na construção de processos não-formais de formação. Para estes, na educação não-formal os projetos não são construídos em conjunto com as organizações sociais, mas para estas, evidenciando a verticalidade das propostas. No entanto, são unânimes na afirmação de que os princípios e fundamentos educacionais da Educação Popular e da Educação Não-Formal no Brasil são bem próximos e voltados para a busca de propostas educativas alternativas para as classes populares.

Finalmente, a educação é parte daquilo que nos faz humanos: temos, quase que instintivamente, o interesse de aprender e ensinar. Fazemo-la demonstrando e observando uns aos outros, contando e ouvindo histórias, oferecendo e recebendo ajuda, explicando e compreendendo; fizemo-la no interior dos abrigos primitivos, nos grupos nômades, nas tribos e aldeias, na *polis* grega, no seio familiar, nas comunidades, etc. Dessa forma, educação é, ou pelo menos sempre pretendeu ser, essa relação dialógica – e, porque humana, intersubjetiva – entre indivíduos e entre estes e a realidade (FREIRE, 2005).

Todavia a “grande transformação” (POLANYI, 2000) das sociedades e de nossas relações sociais acabou por transformar também a educação, sistematizando o ensinar e o aprender, definindo o que se deve ensinar e o que é esperado que se aprenda e normatizando como isto deve acontecer. Assim, essa ação tão humana – e, por isso, solidária, dialógica, coletiva – passou a servir a outros interesses, interesses os quais nada tem a ver com a essência (humana) da educação. A educação tornou-se orientada para e pelo mercado, unívoca, unidirecional. Ela passou a ser reduzida à sua variante formal, *bancária*, aquela cuja principal função é produzir e reproduzir a dominação por meio da formação de mão-de-obra.

Neste contexto, a Educação Popular pode ser encarada como um resgate daquilo que o ensinar / aprender poderia e deveria ser para as pessoas. A EP é, além deste resgate, a crítica e a resistência à educação que hoje se tem e, em um plano mais elevado, à naturalização da injustiça inerente à situação em que nos encontramos divididos: dominados de um lado e, do outro, dominadores.

Entendemos que se existem dominados, os demais são dominadores. Não há possibilidade de liberdade onde houver dominação e, assim, a Educação Popular representa essa transformação ontológica que busca, em última instância, a libertação de todos: os que ensinam e os que aprendem, os que oferecem e os que recebem. Reconhecendo de que quem ensina também aprende e que aquele que oferece também recebe. Na prática educativa da EP almeja-se que nos libertemos todos uns aos outros, até que, quando não houverem mais dominados, possa haver uma sociedade preparada à chamar-se de **livre**.

2.3. O Serviço Social e as ações sócio-educativas

O Serviço Social se institucionaliza e se legitima no Brasil como profissão em um contexto contraditório “como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento da regulação da chamada questão social, a partir dos anos 30” (YAZBEK, 2000, p.91), cujas expressões adquirem visibilidade política.

Aquele contexto e momento foi marcado por um pensamento que concebe a questão social enquanto uma questão moral, como responsabilidade dos indivíduos devido a seus problemas psicológicos e suas condutas morais e inadequadas. Esse enfoque individualista, psicologizante e moralizador, fortemente influenciado pela Igreja, requer “para seu enfrentamento uma pedagogia psicossocial, que encontrará no Serviço Social efetivas possibilidades de desenvolvimento” (YAZBEK, 2000, p.92).

Neste sentido, segundo Yazbek (2000), o Serviço Social se insere desde o seu surgimento no interior dos equipamentos sócio-assistenciais existentes, participando tanto da criação de condições para a sobrevivência das classes subalternas como das ações sócio-educativas, tensionado pela dinâmica contraditória dos interesses em confronto no espaço em que atua.

Segundo Yamamoto, em sua emergência, o Serviço Social, além de ser uma nova forma de exercer a caridade, passa, a partir da atividade assistencial, a realizar uma intervenção ideológica que produz efeitos políticos de “enquadramento dos

trabalhadores nas relações sociais vigente, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho” (2000, p. 20).

Neste contexto, o Serviço Social propõe uma ação educativa direcionada à família trabalhadora, numa linha de prevenção aos problemas sociais. Tal assistência educativa adaptada aos problemas individuais desconsidera o caráter de classe dos antagonismos sociais e orienta-se para um tratamento de cunho doutrinário e moralizador, ou seja, orientado pelo conteúdo do pensamento conservador, o Serviço Social vai configurando seu discurso e prática profissional. A esse respeito à autora identifica que:

atuando em organizações públicas e privadas dos quadros dominantes da sociedade, cujo campo é a prestação de serviços sociais, o Assistente Social exerce uma ação eminentemente “educativa”, “organizativa”, nas classes trabalhadoras. Seu objetivo é transformar a maneira de ver, de agir, de se comportar e de sentir dos indivíduos em uma inserção na sociedade. Essa ação incide, portanto, sobre o modo de viver e de pensar dos trabalhadores, a partir de situações vivenciadas no seu cotidiano embora se realize através da prestação de serviços sociais, previstos e efetivados pelas entidades a que o profissional se vincula contratualmente (IAMAMOTO, 2000, P. 40).

A autora Verdès-Leroux (1986) revela que os “empreendimentos educativos” atravessam toda a “evolução” do Serviço Social, constituindo-se em um dos mecanismos de coerção e controle das classes subalternas, fundamentados na inculcação ideológica, na aceitação dos valores hegemônicos e na individualização das questões sociais. Neste contexto, o princípio educativo que funda as funções pedagógicas do Assistente Social traduz-se na necessidade do estabelecimento de um “conformismo social” no seio da sociedade.

Segundo Abreu (2001), a função pedagógica do Assistente Social na primeira metade do século XX, esteve consubstanciada na “ajuda” psicossocial individualizada como modalidade interventiva. Nesse processo, a questão social é reduzida às suas manifestações na esfera individual e subjetiva, sendo entendida enquanto problema moral, em detrimento de suas expressões materiais e coletivas.

A partir dos anos 1950, a participação popular passa a ser enfatizada nos programas de governos como forma de “integração” e “promoção social” das classes pauperizadas (ABREU, 2001). Neste quadro, o processo de “ajuda” é reorganizado e

“passa a priorizar as conotações da ‘auto-ajuda’ e da ‘ajuda mútua’ nos processos participacionistas induzidos no interior das relações comunitárias para uma integração no processo de desenvolvimento, constituindo, formas consideradas privilegiadas de superação do assistencialismo e da dependência econômica” (ABREU, 2001, p. 98).

Segundo a autora, a função pedagógica do Assistente Social neste momento passa da pedagogia da “ajuda” para a pedagogia da “participação”, tendo como ponto de partida a influência da ideologia desenvolvimentista modernizadora e suas propostas de Desenvolvimento da Comunidade.

Nesse período, um reduzido setor da categoria, influenciado pelo novo posicionamento dos cristãos da esquerda, atua na direção de mudanças estruturais e na luta pela hegemonia das classes subordinadas. Muitos profissionais comprometidos com essa nova perspectiva, engajam-se no Movimento de Educação de Base (MEB), organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Outros participam de “trabalhos de cultura popular de Paulo Freire, despontando o emergir de uma prática profissional questionadora do status quo” (SILVA, 1995, p. 29).

Embora tenha a comunidade como terreno de intervenção, esta pedagogia não representou “a superação do enfoque individualista-psicologista-conservador da prática profissional” (ABREU, 2001, p. 100). Isso significa que as funções educativas do Assistente Social continuaram circunscritas “à esfera das relações interpessoais, solidárias e personalizadas, em que a família, do ponto de vista histórico, é o seu modelo” (idem).

A autora ressalta que, apesar de ainda estar associada a problemas de ordem psicossocial, algumas experiências “participacionistas” viabilizaram, contraditoriamente, “processos participativos críticos e de busca de articulação entre forças sociais, na luta por melhorias de condições de vida e ampliação dos espaços políticos de expressão dos interesses das classes subalternas” (ABREU, 2001, P. 115).

É com a crise da Ditadura Militar que se verifica, segundo Netto (1991), a busca de ruptura com o chamado Serviço Social de bases conservadoras e inicia-se o desenvolvimento da chamada perspectiva de intenção de ruptura. Neste sentido, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina é a expressão maior deste movimento.

Neste contexto se inicia, na prática do Assistente Social, um processo de construção de uma pedagogia emancipatória vinculada às classes subalternas a fim de apresentar um projeto alternativo ao projeto tradicional conservador que caracterizava a profissão até então.

A partir de fins dos anos de 1970 muitas experiências são desenvolvidas, permitindo que um novo perfil pedagógico da prática profissional comece a emergir. No entanto, Abreu (2001) entende que este perfil apresenta-se ainda distorcido, pois se contrapõe às estratégias pedagógicas subalternizantes, mas não consegue rompê-las. Para a autora o “desenho inicial” desse perfil pode ser visualizado a partir dos seguintes aspectos: um superdimensionamento da participação popular na construção de um projeto profissional comprometido com interesses populares e, um descompasso entre os avanços no campo político-ideológico, sobretudo no que se refere à intencionalidade da prática profissional e à efetiva análise das condições objetivas dessa mesma prática.

É na década de 1980 que são criadas condições concretas para o avanço do projeto profissional identificado com os interesses das classes subalternas, face ao movimento de democratização das relações sociais “em que avançam estratégias de politização dessas relações integradas às lutas sociais e a organização” das referidas classes e, “contraditoriamente, pelas estratégias estatais no âmbito das políticas sociais direcionadas à busca de legitimidade do sistema de poder em crise” (ABREU, 2001, p. 139).

Se até então, a função sócio-educativa da ação profissional teve como foco atender a demanda dos detentores do capital, de enquadramento das classes subalternas aos padrões da sociabilidade exigida pelo processo de acumulação capitalista, a partir desse período com a revisão dos pressupostos teórico-metodológicos da profissão, e no quadro de tensões vividas na realidade brasileira, tais ações ganham um novo redimensionamento.

Conforme descreve Abreu (2001) a partir deste momento se evidenciam estratégias profissionais do Serviço Social, tais como: a educação popular como instrumento da prática do Assistente Social no diferentes espaços de atuação profissional; a formação de alianças políticas visando à alteração da correlação de forças políticas nos espaços de intervenção profissional e na sociedade, a partir dos interesses das classes trabalhadoras; a inserção profissional nos processos de luta pela conquista e garantia dos direitos sociais fundados em princípios de

democratização da gestão pública, universalização dos atendimentos e justiça social.

No entender de Cardoso e Maciel (2000), a função educativa “é a primeira e essencial” dos Assistentes Sociais. Além disso, está contido no projeto ético-político profissional e nos diferentes espaços da prática profissional, respondendo às demandas já consolidadas e às emergentes no quadro das transformações contemporâneas. Esta função concretiza-se, através do estabelecimento de novas relações pedagógicas entre o Assistente Social e os usuários de seus serviços, conforme enfatizam Cardoso e Maciel:

Relações estas favorecedoras de um processo de participação dos sujeitos envolvidos, numa dupla dimensão: de conhecimento crítico sobre a realidade e recursos institucionais tendo em vista a construção de estratégias coletivas em atendimento às necessidades e interesses das classes subalternas; e de mobilização desses sujeitos, instrumentalização de suas lutas e manifestações coletivas na perspectiva do fortalecimento e avanço da organização das referidas classes como classe hegemônica. (2000, p. 144)

Segundo Silva (1995) as ações educativas dos profissionais do Serviço Social materializam a dimensão política da profissão, pois é através destas ações que estes profissionais, articulando dialeticamente processos de prestação de serviços, transmissão de informações e orientação de indivíduos. A educação social e política de grupos tem a possibilidade de efetivar processos de conscientização e organização na perspectiva da transformação cultural, da luta pela hegemonia das classes populares e da concretização de um novo projeto social. Neste sentido Raichelis (1985) afirma que:

por considerar o conteúdo político inerente a prática profissional, na medida em que influi e orienta a consciência popular, é que não se pode desvincular o papel educativo do serviço social da prestação de serviços que mediatiza a sua relação com os setores populares (RAICHELIS apud SILVA, 1995, p.181)

Desta forma, as ações desenvolvidas pelo Serviço Social junto a grupos populares devem ter um enfoque educativo e ser de natureza participativa, contribuindo assim com o desenvolvimento pessoal dos sujeitos e para as transformações sociais necessárias (MENEGASSO, 1985). Neste sentido, o depoimento da professora aposentada do departamento de Serviço Social da UFSC,

Zulamar Castro¹, revela que as ações educativas desenvolvidas pelo Serviço Social, mais precisamente projetos que visem a formação sociopolítica de sujeitos, requerem

a articulação do saber popular e saber acadêmico. E ainda um conhecimento que informe conceitualmente e habilite-os para a participação em processos e formas organizativas da população; para o exercício de relações democráticas, para a construção da cidadania individual e coletiva. Inclusive que ofereça um referencial teórico-metodológico que os qualifique para a interpretação ou diagnóstico da conjuntura sociopolítica da realidade; para a formulação de políticas públicas participativas e melhoria da qualidade de vida com desenvolvimento sustentável (Zulamar Castro)

Neste sentido, o Assistente Social no seu fazer profissional vislumbra, através de ações educativas como a formação sociopolítica, a possibilidade de uma prática que busque a defesa e conquista dos direitos sociais, a constituição da hegemonia das classes subalternas e o fortalecimento de processos emancipatórios dos sujeitos.

Porém, na mesma entrevista a professora Zulamar Castro, diz acreditar que atualmente:

os cursos de Serviço Social não priorizam o saber sistematizado, sobre a ação interventiva do Assistente Social que qualifique a população ou a sociedade civil para construção de suas formas organizativas, seus procedimentos deliberativos e sua participação na formulação das políticas públicas (no diagnóstico da realidade, planejamento das ações, exercendo o controle social).

O que evidenciaria um afastamento do profissional do Serviço Social em relação as ações sócio-educativas para a atuação em espaços públicos de decisão e deliberação.

¹ Os depoimentos aqui apresentados foram obtidos pelo autor deste TCC em entrevista realizada com a Professora Zulamar Castro, em 21/10/2010.

3. O NESSOP E AS EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO SOCIOPOLÍTICA

Nesta seção objetivamos discorrer sobre os projetos de formação sociopolítica realizados pelo NESSOP no período compreendido entre 2005 e 2009. Em um esforço de contextualização, está dividido em dois momentos: primeiramente, apresento, de forma sucinta, um resgate histórico seguido do relato das experiências de formação realizadas pelo Núcleo neste período; e, a segunda parte utiliza-se da análise de entrevistas realizadas com dez sujeitos que participaram de alguma destas atividades, na tentativa de identificar quais contribuições as atividades de formação proporcionaram aos seus participantes em suas atuações enquanto sujeitos sociais.

Vale lembrar que esta é uma primeira aproximação com a temática e, portanto, sugere-se um aprofundamento posterior com ampliação do escopo de pesquisa, tanto no que se refere ao período de análise quanto ao número de sujeitos entrevistados.

3.1. NESSOP: breve histórico e atividades de formação

A origem das ações de extensão universitária do Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina, voltadas para os segmentos sócio-comunitários data de 1985, quando, vinculado a este foi criado o Núcleo de Estudos sobre Desenvolvimento Comunitário (NEDC), sob a coordenação da

professora Iliane Kohler². Este consistia em um espaço para investigação e análise crítica da práxis social com o objetivo de intensificar o compromisso social da relação Universidade-Sociedade, na promoção de estudos, debates e ações no âmbito do social. O NEDC proporcionava a vivência de um processo reflexivo em torno das ações que desenvolvia, estabelecendo relações de participação.

A partir de 1990, o referido Núcleo estruturou-se como Núcleo de Estudos das Populações (NEP), e a partir de 1991 passou a se chamar Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP. Ao longo deste período o Núcleo vem desenvolvendo atividades, baseado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, buscando assim contemplar os objetivos de uma universidade pública ao:

produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida (UFSC, 2010).

Na atividade de ensino, o Núcleo constitui-se em espaço de aprendizagem para alunos através da inserção em projetos de extensão, nas modalidades de bolsa de extensão, bolsa permanência ou estágio obrigatório e não obrigatório, tendo como objetivos: articular a formação profissional do assistente social às práticas sociais; contribuir no fortalecimento do projeto de formação profissional privilegiando a dimensão teórico-operativa da intervenção profissional junto às demandas do sujeito popular.

A pesquisa é privilegiada através da produção de seus membros, professores e acadêmicos, que realizam estudos relacionados a temáticas como: Serviço Social e processos políticos-organizativos, associativismo civil e participação. O Núcleo compartilha sua produção em Congressos, encontros e publicações específicas do Serviço Social ou, ainda, pela sistematização de experiências e reflexões culminadas em Trabalhos de Conclusão de Curso.

A extensão vem se consolidando como principal foco das atividades do Núcleo, através da promoção de ações interventivas do Serviço Social, na formulação e execução de projetos que incluem professores, alunos e

² Os dados históricos aqui apresentados acerca da constituição e desenvolvimento do Núcleo foram obtidos pelo autor deste TCC em foram de depoimento oral com a Professora Iliane Kohler, em 20/10/2010.

representantes da sociedade civil organizada com comprometimento ético, no atendimento às demandas sociopolíticas das organizações sóciocomunitárias em seus projetos de construção e ampliação da cidadania, de exercício da democracia participativa e de articulação das lutas sociais por qualidade de vida na cidade. Neste sentido, a extensão é entendida pelo Núcleo como:

um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. Neste sentido, a extensão leva para a comunidade externa o conhecimento produzido dentro da universidade (...) assim a Universidade, através da extensão vai trabalhando as necessidades e realidades da sociedade e, além de gerar o novo conhecimento vai atendendo as suas reivindicações (UFSC, 2010)

Reconhecendo o papel da Universidade na relação com a sociedade e tendo como base para suas ações o projeto ético-político do Serviço Social, o NESSOP iniciou suas atividades de formação sociopolítica visando atender a demanda posta pela diretoria da Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina (FAMESC) que, em conversa informal no ano de 1996,

“na pessoa de seus representantes Sergio Zink e Jurandir dos Santos se mostrava preocupada com a formação socio-política das bases e consultaram o NESSOP sobre a possibilidade do mesmo oferecer este tipo de formação com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)”. (Iliane Kohler)

Diante disto, em 1997, as duas entidades - UFSC/NESSOP e FAMESC -, firmaram acordo para elaborar, organizar, mobilizar fundos e outras parcerias, a fim de executar projetos de formação sociopolítico para lideranças comunitárias do estado de Santa Catarina. Como resultado deste trabalho, em 1998 realizou-se com recursos do FAT e via Conselho Estadual de Trabalho e Emprego (CETE), o “Projeto Estadual de Formação de Lideranças Populares-Comunitárias”. Em continuidade a esta parceria em 1999 foi realizado o “Curso Regional de Agentes Formadores de Lideranças Comunitárias”, também de abrangência estadual.

A partir destas duas experiências iniciais, o NESSOP, atendendo a novas demandas por formação sociopolítica, vem realizando atividades de formação periodicamente. As entidades parceiras bem como o público alvo central tem sido o movimento sociocomunitário. Sistematizamos no quadro (3) a seguir as principais atividades desta natureza realizadas pelo NESSOP, assim como as entidades

solicitantes/parceiras que demandaram e/ou contribuíram na efetivação da atividade, bem como o ano de efetivação das mesmas:

Quadro 3: Atividades de formação realizadas pelo NESSOP (1998-2010)

Atividade	Entidade Solicitante/Parceira	Ano
Projeto Estadual de Formação de Lideranças Populares-Comunitárias	FAMESC	1998
Curso Regional de Agentes Formadores de Lideranças Comunitárias	FAMESC	1998
Projeto de Formação Política para Agentes do Movimento Sócio-Comunitário Popular - Construindo Cidadania	Conjunto Habitacional Sapé; Conjunto Habitacional Vila Cachoeira; Conselho Comunitário Saco Grande	2001
Formação de Gestores Comunitários	UFECO	2003
Formação de Gestores Comunitários	UFECO	2004
Formação Sociopolítica em Gestão Comunitário e Política Urbana	UFECO	2005
Seminários Regionais: “O Direito à cidade e o Plano Diretor Integrado e participativo de Florianópolis	UFECO	2007
Capacitação Sociopolítica do Corpo Diretivo da UFECO e suas bases: “Proposta de Capacitação para a Diretoria da UFECO	UFECO	2008
Formação Sociopolítica para lideranças no CARMOCRIS: “Curso de Formação para as Lideranças do CARMOCRIS 2008”	UFECO	2008 2009
Curso de Formação Permanente: “Ações coletivas, democracia participativa e direitos sociais” (1ª. edição)	UFECO	2009
Curso de Formação Permanente: “Ações coletivas, democracia participativa e direitos sociais” (2ª. edição)	UFECO	2010

Fonte: Elaboração própria, com base nos arquivos no NESSOP.

A partir da tabela acima se pode constatar que o parceiro privilegiado do NESSOP ao longo dos anos tem sido a UFECO, seguido da FAMESC e de outras entidades comunitárias de forma mais isolada. Além disso, no período exposto na tabela, ou seja, em 12 anos, foram realizadas 10 atividades de formação, consistindo em aproximadamente uma atividade por ano. Estas atividades de formação caracterizam-se por serem cursos de média ou longa duração (de 08 até 90 horas).

O NESSOP também desenvolveu outras atividades de formação, em atividades mais pontuais ou mesmo de caráter lúdico, como o jogo “dados urbanos”, realizado nas SEPEX (Semana de Pesquisa e Extensão) da UFSC de 2009 e 2010. Na tabela (1) abaixo são apresentadas as atividades realizadas nos últimos cinco anos, com a quantidade de pessoas participantes, bem como o número de bolsistas envolvidos.

Tabela 1: Atividades do NESSOP no período 2005-2010 com participantes

Ano	Atividade	Pessoas participantes	Bolsistas inseridos
Agosto/2005 a Dezembro/2005	Formação Sociopolítica em Gestão Comunitária e Política Urbana	26	01
Março/2007 a Outubro/2007	Seminário Regionais: “O Direito à cidade e o Plano Diretor Integrado e participativo de Florianópolis”	120	05
Dezembro/2008	Capacitação Sociopolítica do Corpo Diretivo da UFECO e suas bases: “Proposta de Capacitação para a Diretoria da UFECO”	40	03
Agosto/2008 a Julho/ 2009	Formação Sociopolítica para lideranças no CARMOCRIS: “Curso de Formação para as Lideranças do CARMOCRIS 2008”	26	01
Maió/2008	Oficina na Semana do Assistente Social: “O Serviço Social e o Movimento sócio-comunitário em Florianópolis: Trajetórias e Desafios”	17	03
Outubro/2008	Mini-curso SEPEX: “O Plano Diretor Integrado e Participativo de Florianópolis: alguns apontamentos”	29	04
Abril/2008 a Julho/2009	Projeto de Extensão: “Areias do Campeche”	150 famílias 415 pessoas	05
Maió/2009 a Novembro/2009	Curso de Formação Permanente: “Ações coletivas, democracia participativa e direitos sociais” (1ª. edição)	40	04
Outubro/2009	Mini-curso SEPEX: “Experiências em Cena VIII”	50	04
Outubro/2009	Estande na SEPEX: “Dados Urbanos”	± 250	06
Agosto/2009	Palestra: “Cultura e saberes: popular, científico, religioso”, com Jessé de Souza	± 120	04
Abril/2010	Palestra: “Estado, Política, Democracia e Eleições no Brasil atual”, com Marco Aurélio Nogueira	± 150	05
Maió/2010 a Novembro/2010	Curso de Formação Permante: “Ações coletivas, democracia participativa e direitos sociais” (2ª. edição)	40	04

Ano	Atividade	Pessoas participantes	Bolsistas inseridos
Junho/2010 a Outubro/2010	Curso de Capacitação para Assistentes Sociais: "Democracia e participação – temas para o Serviço Social"	30	01
TOTAL		± 1.500	17

Fonte: Arquivos do NESSOP.

A tabela acima evidencia que o Núcleo se constitui em espaço de formação, tendo em vista tanto os bolsistas inseridos no mesmo quanto pessoas participantes. Assim, podemos ponderar que a quantidade de sujeitos abrangidas pelas atividades de formação é significativa.

Devido à limitação de tempo e à disponibilidade de fontes de pesquisa (relatórios de estágio, projetos), optou-se, neste primeiro esforço de aproximação, pela delimitação do presente estudo às atividades de formação realizadas no período compreendido entre 2005 e 2009. Dessa forma, procede-se ao detalhamento das atividades realizadas no período delimitado.

3.1.1. Formação Sócio Política em Gestão Comunitária e Política Urbana

O projeto Formação Sociopolítica em Gestão Comunitária e Política Urbana foi desenvolvido ao longo de 2005 e consistiu numa parceria entre o NESSOP e a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO). Segundo Rocha (2006), estagiária do Núcleo na época, o projeto visava atender às demandas, trazidas pela UFECO, por processos de formação social e política dos sujeitos que desenvolviam ações sociais de articulação, conhecimento e de proposições locais, através da organização sócio-comunitária no município de Florianópolis. Neste sentido, o projeto tinha como principal objetivo:

Oportunizar aos sujeitos a aprendizagem de leituras críticas da realidade sócio-humana que vivenciam, de metodologias de trabalho sócio-comunitário e de instrumentais técnico-operativos participativos que pudessem trazer a superação cotidiana de práticas tradicionais de reprodução de sua subalternidade (ROCHA, 2006, p. 15).

Visando o alcance deste objetivo geral definiram-se os objetivos específicos abaixo reproduzidos:

- Desenvolver uma pedagogia relacional crítica pautada na realidade sócio-cultural e política dos participantes, contribuindo para a formulação de uma política de formação permanente de gestores comunitárias na relação com a universidade pública;
- Desenvolver habilidades para acessar instrumentos técnicos operativos com vistas a um desempenho de ações de coordenação e de execução de projetos e outras atividades legitimadas pela mobilização popular e pela legislação vigente;
- Oportunizar a apropriação de conteúdos filosóficos, políticos, teóricos-ideológicos e de instrumentais direcionados à criação e a sustentação de processos de mobilização de organização e, de participação nas ações reivindicativas e propositivas de interesse do movimento sócio-comunitário e da política urbana.
- Construir um espaço público de articulação e de disseminação de saberes e de experiências para fortalecer o trabalho em rede das organizações sócio-comunitárias e para consolidação dos direitos cidadãos;
- Contribuir com a mobilização social permanente da população Florianopolitana e da universidade pública para uma participação crítica nos processos decisórios definidores da qualidade de vida da cidade. (Idem)

O projeto foi elaborado por uma Comissão Pedagógica constituída por membros do NESSOP e da UFECO. Esta Comissão discutia e decidia qual o conteúdo pedagógico do Curso e quais dinâmicas de grupo seriam executadas pelos cursistas. A efetivação deu-se por meio de duas etapas: um “Curso Básico”, com uma carga horária de 55 horas/aula e um “Curso de Aprofundamento”, com carga horária de 81 horas/aula.

O público alvo do Curso foram os participantes de cursos de formação sociopolítica efetivados pelo NESSOP em 2003 e 2004, denominados Cursistas-Multiplicadores e sujeitos atuantes nos movimentos sócio-comunitários, associação de moradores e conselhos comunitários, do município de Florianópolis, que ainda não haviam participado de nenhum curso de formação do Núcleo, denominados Cursistas-Novos.

O Curso de Aprofundamento foi realizado entre 20 de maio e 02 de dezembro de 2005, num total de 27 encontros que aconteceram semanalmente, toda sexta-feira, das 19:00h às 22:00h, em salas de aula do Centro Sócio-Econômico. Foi direcionado exclusivamente aos Cursistas-Multiplicadores que deveriam atuar como multiplicadores do conhecimento adquirido no Curso Básico,

direcionado para os Cursistas-Novos. Os conteúdos abordados nesta etapa do projeto foram, sequencialmente:

1. Sociedade Civil na Relação com o Estado e as Políticas Públicas: concepções e desafios postos ao Movimento Sócio-Comunitário;
2. Cidade: Política Urbana e o Plano Diretor Integrado e Participativo;
3. Cidade: uma análise de sua realidade social, econômica, política, ambiental, jurídica e urbanística;
4. Cidade de Florianópolis: processos de planejamento sócio-urbano;
5. Movimento Sócio-Comunitário: ator significativo na construção da política urbana;
6. Gestão comunitária e o “ser gestor comunitário”;
7. Avaliação individual e grupal.

As aulas foram ministradas por professores de diferentes Departamentos da UFSC - a saber, História, Geografia, Arquitetura e Serviço Social - e, ainda, por lideranças comunitárias da cidade e estudiosos em assuntos relacionados, como planejamento urbano, direito à cidade e associativismo civil.

O Curso Básico teve periodicidade mensal, realizando-se durante um final de semana por mês, no período compreendido entre 25 de junho e 20 de novembro de 2005, com um total de quatro encontros. O público alvo foram os chamados Cursistas-Novos e coube aos Cursistas-Multiplicadores, contribuir para o aprendizado dos novos participantes, atuando assim como multiplicadores do conhecimento adquirido no Curso de Aprofundamento. Em cada final de semana abordou-se um conteúdo específico, sob a forma de módulos, os quais foram trabalhados por professores do Departamento do Serviço Social da UFSC, por membros da diretoria da UFECO e por especialistas em determinadas temáticas.

Esta etapa foi realizada em locais com espaços que proporcionaram não só a efetivação das atividades referentes ao Curso, mas que também possibilitaram a estadia de todos os integrantes, pois o processo pedagógico foi realizado em regime de internato. As datas de cada módulo, os locais e respectivos conteúdos abordados em cada encontro estão sistematizados no quadro (4) abaixo.

Quadro 4: Curso em Gestão Comunitária e Política Urbana (2005)

Módulo	Data	Local	Conteúdo
I	25-26 de junho	Centro de Formação das Centrais Elétricas de Santa Catarina - Tapera / Florianópolis / SC	<p>1. Processo sócio-histórico do Movimento Sócio-Comunitário:</p> <p>1.1. Quem fomos?</p> <p>1.2. Quem somos?</p> <p>1.3. O que queremos?</p> <p>2. Processos de Gestão:</p> <p>2.1. Autoritária;</p> <p>2.2. Liberal;</p> <p>2.3. Democrático-participativa.</p>
II	06-07 de agosto	Associação dos Funcionários do Banco Santander - Cachoeira do Bom Jesus / Florianópolis / SC	<p>1. Metodologia do Trabalho Sócio-Comunitário;</p> <p>1.1. Contexto: Associações de Moradores/Movimento Sócio-Comunitário;</p> <p>2. Momento teórico-metodológico</p> <p>2.1. Concepções de sociedade, participação, democracia, desenvolvimento;</p> <p>2.2. Momentos metodológicos</p>
III	17-18 de setembro	Associação dos Fiscais de Santa Catarina - Canasvieiras / Florianópolis / SC	<p>1. O Movimento Sócio-Comunitário no Município de Florianópolis</p> <p>1.1. Organicidade;</p> <p>1.2. Questões jurídico- administrativos,</p> <p>1.3. Construção da ação em rede: exigências com a mobilização e a participação</p>
IV	19-20 de novembro	Centro de Formação das Centrais Elétricas de Santa Catarina - Tapera / Florianópolis / SC	<p>1. O movimento Sócio-Comunitário como ator significativo na Construção da Política Urbana e o Plano Diretor Participativo</p> <p>1.1. Contextualização;</p> <p>1.2. Estatuto da Cidade: diretrizes para o planejamento da Cidade que queremos</p> <p>1.3. O que é o Plano Diretor Participativo respeitando as características locais?</p>

Fonte: adaptado de Rocha (2006).

A dinâmica, tanto do Curso de Aprofundamento quanto do Curso Básico, consistiu em: exposição dos ministrantes, debates coletivos, reflexões em grupo, reflexões em pequenos grupos, vivências de grupo, avaliação semanal do curso.

De acordo com dados do NESSOP o Curso de Aprofundamento se iniciou com 48 participantes, destes 50% desistiram e 50% participaram até o fim. O Curso Básico ofereceu 30 vagas todas completadas, mas não foram encontrados, registros no NESSOP a respeito da continuidade da participação.

Ao término do Curso de Aprofundamento a equipe coordenadora realizou uma pesquisa junto aos participantes para avaliar alguns aspectos relevantes. Por meio desta, a equipe pode constatar que a participação no Curso possibilitou para a maioria dos cursistas a aquisição de novos conhecimentos, a troca de experiências e o desenvolvimento de novas habilidades. A pesquisa evidenciou para a equipe “alguns déficits de aprendizagem, pois havia a perspectiva de que o sujeito com suas palavras desenvolvesse um pouco do saber que cultivou, com um olhar crítico no que diz respeito ao papel dos diferentes atores que compunham o projeto” (ROCHA, 2006, p. 42).

3.1.2. Seminários Regionais: O Direito à Cidade e o Plano Diretor Integrado e Participativo de Florianópolis

O projeto Seminários Regionais foi desenvolvido pelo NESSOP no ano de 2007, atendendo a uma demanda trazida ao Núcleo pela UFECO (União Florianopolitana das Entidades Comunitárias) e, portanto, caracterizou-se como atividade de parceria e assessoramento à esta entidade. O momento de elaboração e implementação do Plano Diretor no município configurava-se como um cenário privilegiado para a ampliação da esfera pública e o fortalecimento das atividades de controle social e é neste contexto que o projeto se inseriu, buscando:

ser um instrumento de capacitação das lideranças e participantes do movimento sócio-comunitário, associados à UFECO, no que diz respeito a temas pertinentes para a elaboração e implementação do Plano Diretor na cidade de Florianópolis, através de um ciclo de quatro Seminários que acontecerão das regiões sul e parte da região leste, norte e parte da região leste, centro e continente (NESSOP, 2007, p. 4)

Os Seminários Regionais constituíram-se em espaços públicos abertos para disseminação e apropriação de conhecimentos emancipatórios e de metodologias de gestão comunitária, democráticas e participativas, comprometidas com lutas sociais inovadoras por melhores condições de vida na cidade. Nesta lógica, os sujeitos aos quais o projeto almejava atingir, o público-alvo, foram as bases e diretoria das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários da área de abrangência da UFECO e demais grupos associativos de base sócio-comunitária.

Visando contribuir com o processo de qualificação político-comunitária das atividades de participação e de controle social, o projeto dos Seminários Regionais teve como objetivo geral “Capacitar as lideranças sócio-comunitárias para uma participação efetiva e crítica na construção do Plano Diretor Integrado e Participativo de Florianópolis” (NESSOP, 2007, p. 6) e, de maneira adicional e subsidiária, pretendeu, com seus objetivos específicos as realizações a seguir reproduzidas:

- Mobilizar novos agentes de base, visando um efetivo controle social dentro da gestão da cidade, no contexto do Plano Diretor;
- Fortalecer espaços públicos de articulação e de disseminação de saberes e de experiências para fortalecer as organizações sócio-comunitárias, consolidando o direito do cidadão à cidade;
- Contribuir com a mobilização social permanente da população florianopolitana para uma participação crítica nos processos decisórios, definidores da qualidade de vida da cidade;
- Democratizar a participação coletiva a partir da publicização de conhecimentos teórico-metodológicos e práticos que deem sustentação a uma práxis emancipatória dos sujeitos sociais dentro dos núcleos distritais na discussão e construção do Plano Diretor Integrado e Participativo de Florianópolis;
- Elaborar um documento síntese, que contenha os resultados dos seminários realizados nas quatro regiões e que direcione a participação da UFECO no período de votação e aprovação do Plano Diretor da Câmara de Vereadores;
- Fortalecer o tecido social e ampliar os espaços públicos da sociedade civil, através da construção de uma extensa e intensa vida associativa. (Idem)

O projeto final foi resultado de um processo de construção coletiva do qual participaram o NESSOP e a UFECO, e sua efetivação deu-se pela realização de quatro seminários regionais, distribuídos nas regiões norte, sul, centro e continente de Florianópolis, e um seminário final denominado Seminário Síntese. Em cada seminário regional abordaram-se quatro temas, sendo os seguintes: (i) Gestão Democrática da Cidade; (ii) Saneamento Ambiental; (iii) Regularização Fundiária / ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social); e (iv) Capacidade de Ocupação

Espacial do Município. Esses foram escolhidos por serem considerados temas de suma importância para o processo que os sujeitos viveriam com a implementação do Plano Diretor Integrado e Participativo no município.

Durante os seminários, cada tema foi conduzido por expositores – professores de UFSC, especialistas em assuntos referentes às temáticas e lideranças comunitárias – durante 40 minutos, aproximadamente. Na sequência, realizaram-se debates em pequenos grupos, oportunizando um contato mais direto entre os participantes, e assim, propiciando a participação de todos. Esse momento contou com o auxílio de facilitadores e relatores, no caso, integrantes da UFECO e do NESSOP. Posteriormente, os conteúdos trabalhados e sistematizados em cada encontro regional foram resgatados numa plenária final, no Seminário Síntese..

Estes seminários realizaram-se aos sábados durante o período que vai de 23 de junho de 2007 até 14 de julho do mesmo ano, todos com início as 8:00h e término as 18:00h, aproximadamente. Em cada um dos Seminários Regionais elegeu-se uma comissão de representantes, responsável pela exposição das sínteses destes no Seminário Síntese.

O Seminário Síntese foi realizado no dia 21 de julho de 2007 no Auditório da Assembléia Legislativa e teve como objetivo discutir as propostas resultantes dos quatro seminários regionais anteriores. Cada região contou com 45 minutos para expor suas propostas. Após, foi aberto espaço para debate, visando à elaboração de um documento que nortearia as ações da UFECO em relação ao Plano Diretor.

O projeto previa a participação de cerca de 300 pessoas, sendo 50 em cada um dos encontros regionais e 100 no Seminário Síntese. Considerando a totalidade das reuniões regionais, contabilizaram-se aproximadamente 135 participantes, 48 entidades comunitárias representadas, e 30 associações de moradores e conselhos comunitários participantes. A configuração da participação nestes Seminários está sistematizada na tabela (2) a seguir.

Tabela 2: Participação nos Seminários Regionais (2007)

	Nº. de participantes	Nº. de entidades representadas	Nº. de assoc. de moradores e cons. comunitários participantes
Sul (23/06/07)	40	13	06
Continente (30/06/07)	37	14	04
Norte (07/07/07)	31	15	02
Centro (14/07/07)	37	06	12
Síntese (21/07/07)	61	27	23
Total	206	75	53
Total discriminado	132	59	26

Fonte: Kohler, Cortizo e Westphal (2009).

Em 22 de setembro de 2007 foi realizado um seminário de avaliação entre as entidades parceiras, NESSOP e UFECO, com o objetivo de problematizar e refletir sobre o alcance dos objetivos propostos. Neste encontro o grupo concluiu que todos os objetivos dos Seminários foram alcançados parcialmente, mesmo não tendo uma massiva participação das bases, “o processo vivido e os conteúdos abordados contribuíram para a capacitação sociopolítica dos presentes, pois forneceram elementos para uma inserção mais qualificada na discussão acerca do Plano Diretor Integrado e Participativo de Florianópolis” (Cortizo, Kohler, Westphal, 2009, p.6). A reduzida participação foi entendida como uma questão de mobilização, que, para ser efetivada com sucesso, demanda o fortalecimento da relação da UFECO com suas bases e recursos disponíveis. Como sugestões o grupo apontou: a elaboração de projetos que ofereçam capacitação continuada; maior tempo para elaboração e execução de projetos desta envergadura; análise e aprovação do orçamento anterior à execução do projeto.

3.1.3. Formação Socio-política para Lideranças do CARMOCRIS: “Curso de Formação para as Lideranças do CAMOCRIS 2008”

No início do segundo semestre de 2008 a UFECO trouxe para o NESSOP a demanda por um curso de capacitação destinado às suas Bases atuantes nas regiões do Continente, do Itacorubi, da Costeira e do Saco Grande. Segundo a UFECO as organizações sóciocomunitárias necessitavam aprofundar temáticas referentes a organização jurídico-administrativas de seu cotidiano, a fim de qualificar as suas ações interventivas. Neste sentido, solicitou que fosse dada prioridade a ações de capacitação para a região do Continente, pois, entre as regiões citadas, era a que apresentava uma demanda mais acentuada por este tipo de formação.

Segundo Nuernberg (2008), estagiária do NESSOP na época, o Núcleo avaliou, em reunião de equipe, que não teria condições de oferecer cursos de capacitação a todas as regiões solicitadas pela UFECO. Diante disto, priorizou-se por oferecer o Curso à região do Continente e dentre as organizações comunitárias da região optou-se pela região de abrangência do Conselho Comunitário do Monte Cristo (CARMOCRIS), por esta abranger um maior número de associações (nove no total).

Tendo como norte a metodologia Freireana de formação e sabendo que essa, para sua concreta efetivação, requer conhecer os problemas inerentes a comunidade e as suas estruturas internas de organização simbólica e social - conhecimento este possível somente através da efetiva participação dos sujeitos envolvidos no processo - o NESSOP, em 25 de setembro de 2008, se reuniu com a diretoria do CARMOCRIS para que os mesmos apontassem quais as principais demandas da entidade no que tange a capacitação sociopolítica. Neste encontro foi possível constatar que estas se referem à gestão da associação de moradores, mais especificamente à: procedimentos para registrar e documentar eventos, reuniões, comunicados e atividades em geral; compreensão do Estatuto da Associação (regimento interno); compreensão do Estatuto da Cidade; elaboração de projetos comunitários; produção de formulários específicos.

De posse destas informações o Núcleo, em parceria com a UFECO, elaborou o projeto intitulado “Curso de Formação para as Lideranças do CARMOCRIS 2008”, cujo público alvo foi a diretoria das nove associações de moradores do CARMOCRIS - Santa Terezinha I e II, Novo Horizonte, Nossa

Senhora da Glória, Chico Mendes, Panorama, Promorar, Nova Esperança e Monte Cristo. Visando atender as demandas postas, definiu-se como principal objetivo a ser atingido: a “Capacitação dos sujeitos atuantes nas coordenações e representações da UFECO e suas Bases na compreensão política, numa perspectiva emancipatória e democrática-participativa” (NESSOP, 2008, p.8). Definiu-se também que os objetivos específicos que se desejava alcançar com o projeto seriam:

- Desenvolver um processo de formação sociopolítico comprometido com uma metodologia sócio-educativa participativa com vias a fortalecer a relação da UFECO com suas Bases.
- Produzir material didático para apoio pedagógico às atividades das Coordenações Regionais e suas Bases que oportunize a formação de habilidades, através de subsídios técnico-operativos e teórico-metodológicos, para a produção de documentos, formulários, registros e projetos comunitários que envolvem a prática coletiva no contexto da vida Associativa;
- Fortalecer nos sujeitos à importância do Registro qualificado como mecanismo de legitimação da Associação de Moradores e a consciência crítica em relação às exigências de uma prática social comprometida com a preservação da memória história e uma cultura política emancipatória;
- Fortificar a relação da UFECO com suas Bases. (Idem)

O Curso foi realizado em formato de oficinas que aconteceram duas vezes por semana, as terças e quintas-feiras, das 19h às 21h15min, na escola Escola de Educação Básica América Dutra Machado. Conforme previsto no planejamento o mesmo constituiu-se em duas etapas distintas, a saber:

(1.) Na primeira etapa foram realizados, entre os dias 06 de novembro e 16 de dezembro de 2008, nove encontros. Nestes a equipe coordenadora, formada por membros do NESSOP e da UFECO, junto com alguns especialistas em assuntos jurídicos-administrativos, privilegiou uma abordagem teórica das temáticas, a qual era sucedida por dinâmicas de grupo. As datas com as respectivas temáticas abordadas nesta primeira fase do Curso são sistematizados no quadro (5) a seguir:

Quadro 5: Primeira etapa do Curso CARMOCRIS

Data	Tema
06/11/2008	Apresentação e reflexão da proposta seguida de dinâmica de acolhimento.
11/11/2008	Aula cancelada

Data	Tema
18/11/2008	O que é uma Associação de Moradores e quais suas atribuições
20/11/2008	Aprofundamento da temática o que é uma Associação de Moradores
25/11/2008	Associação de Moradores: a importância da memória e os registros - ata
27/11/2008	Aprofundamento da temática anterior
04/12/2008	Associação de Moradores e sua legalidade e legitimidade: O Estatuto da associação na relação com o Código Civil Brasileiro
09/12/2008	Participação no debate: agenda do movimento comunitário do Continente
11/12/2008	Aprofundamento do conteúdo do dia 04 de dezembro
16/12/2008	Encaminhamentos à atividade do Curso: atividades práticas junto as associações de moradores filiadas ao CARMOCRIS

Fonte: Nuernberg (2009).

(2.) Na segunda etapa foram realizados, entre os dias 14 de abril e 30 de junho de 2009, 12 encontros. Nestes se objetivou aprofundar os conhecimentos apreendidos pelos participantes na primeira etapa e fortalecer as práticas políticas dos cursistas junto as Associações de Moradores que representavam. Nesta direção a estratégia utilizada foi a realização de Reuniões Comunitárias na comunidade de origem dos cursistas. Por uma questão de tempo, foi necessário priorizar as associações que apresentavam maior necessidade de assessoria, as quais em reunião com os cursistas, se decidiu que seriam: Santa Terezinha I, Novo Horizonte e Chico Mendes. No quadro (6) segue a síntese das oficinas realizadas neste período:

Quadro 6: Segunda etapa Curso CARMOCRIS

Data	Tema
17/04/2009	Reencontro com os cursistas e organização das atividades
28/04/2009	Apresentação do cronograma da segunda etapa do Curso
19/05/2009	Resgate da primeira etapa do Curso
26/05/2009	Organização da agenda de atividades junto as reuniões comunitárias
1º/06/2009	Reunião com diretoria da Associação de Moradores da comunidade Chico Mendes

Data	Tema
02/06/2009	Reunião com a diretoria da Associação de Moradores da comunidade Santa Terezinha I
04 /06/2009	Reunião com diretoria da Associação de Moradores da comunidade Novo Horizonte
06/06/2009	Reunião Comunitária no Chico Mendes
10/06/2009	Assessoria ao cadastramento dos moradores da comunidade Santa Terezinha I
10/06/2009	Reunião Comunitária na Santa Terezinha I
18/06/2009	Reunião Comunitária no Novo Horizonte
30/06/2009	Avaliação do Curso

Fonte: Nuernberg (2009).

O projeto do Curso de formação previa a participação de dois representantes de cada diretoria de Associação de Moradores da região CARMOCRIS e dois representantes do CARMOCRIS, totalizando 20 pessoas por encontro. A partir da sistematização da lista de frequência, a equipe organizadora constatou que a média de participantes em cada encontro foi de oito pessoas e que, esporadicamente, todas as nove associações da região se fizeram presentes. Considerando que cada diretoria é composta de seis a nove membros, a partir destes dados, a equipe concluiu que o número de representantes em cada encontro não chegou a 50%.

Em reunião de avaliação do projeto a equipe organizadora concluiu que apesar da reduzida participação dos representantes das associações o Curso proporcionou esclarecimentos e aprendizagens, contribuindo diretamente na consolidação da cidadania dos sujeitos envolvidos, além de fortalecer o vínculo entre as entidades envolvidas, principalmente entre as Associações de Moradores e a UFECO. No que se refere aos conteúdos abordados, segundo avaliação dos cursistas, estes foram de interesse e efetivos.

3.1.4. Capacitação Socio-política do Corpo Diretivo da UFECO e suas Bases: “Proposta de Capacitação para a Diretoria da UFECO”

Visando a capacitação contínua de seus diretores e ciente da relevância de um acúmulo teórico-reflexivo para qualificação de suas atuações enquanto sujeitos

sociais, a UFECO solicitou ao NESSOP, em 2008, a realização de uma atividade de formação específica para os diretores da gestão 2007- 2009.

Diante da demanda trazida e objetivando contribuir para a qualificação destes importantes sujeitos da vida cidadina que são os diretores e bases da UFECO o NESSOP elaborou a proposta de projeto de capacitação intitulado “Proposta de Capacitação para as Bases da UFECO”. Esta objetivava um projeto de capacitação que abrangesse temas considerados essenciais para a participação qualificada nos espaços de decisão. Neste sentido, elencou-se três eixos/temas centrais que deveriam ser abordados: a) o conceitual, que aborde dimensões conceituais relacionadas ao associativismo civil e movimentos sociais, b) o relacional, que aborde as dimensões relacionais intragrupais, principalmente as práticas de comunicação interação e c) o de gestão, que aborde os aspectos legais, de procedimentos burocráticos e fiscais referentes as associações civis.

Neste sentido definiu-se como principais objetivos do projeto:

- Aperfeiçoar conceitos elementares entre os membros da diretoria, no sentido de afinarem discursos e práticas da UFECO.
- Possibilitar aos membros da diretoria da UFECO o aprofundamento de conceitos inerentes à vida associativa, com vista a fortalecer e qualificar a relação dos diretores com as suas bases.
- Aprofundar visões e conceitos referentes ao movimento sócio-comunitário, relacionamento intergrupais.
- Conhecer a legislação em vigor reguladora das associações civis.
- Fortalecer as relações internas entre os membros da diretoria.
- Possibilitar o levantamento de demandas específicas dos diretores da UFECO, com vistas a serem aprofundadas e consideradas no planejamento das atividades gerais da UFECO. (NESSOP, 2008, p.3)

O projeto inicial previa a realização de um Curso em formato de oficinas onde cada tema/eixo, acima citado, seria abordado por especialistas no assunto. As oficinas teriam oito horas de duração cada, totalizando 24 horas de curso e seriam realizadas aos sábados em espaço cedido pela UFSC. O cronograma com o conteúdo programático do projeto inicial são reproduzidos no quadro (7) abaixo.

Quadro 7: Proposta de Capacitação para Bases da UFECO

Tema / Eixo	Conteúdos	Carga horária	Data
Associativismo civil e movimentos sociais	<ul style="list-style-type: none"> - Análise de conjuntura: leitura da cidade - Diferenciações conceituais entre movimentos sociais e associativismo civil - Particularidades do associativismo civil e movimentos sociais em Florianópolis - Relações com os poderes executivo, legislativo e judiciário - Dinâmica político-institucional no processo de consolidação da política urbana em Florianópolis, em especial na efetivação do Plano Diretor Participativo 	8h	24 ou 31 agosto
Relações internas: comunicação e interação intragrupo	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões: definição de objetivos - Preparação e mobilização de reuniões comunitárias - Processos de comunicação e decisão num grupo - Coordenação de reuniões - Avaliação de resultados grupais 	8h	06 de setembro
Gestão: legislação e procedimentos burocráticos e jurídicos	<ul style="list-style-type: none"> - Legislação acerca do associativismo civil - Elaboração de atas e documentos em associações civis - Aspectos fiscais e declaração do imposto de renda 	8h	20 de setembro

Fonte: NESSOP (2008).

Por questão de agenda da UFECO, não foi possível a efetivação da capacitação nos moldes propostos. Este evidencia a necessária flexibilização que um projeto de caráter popular deve ter para que possa ir de encontro a realidade do seu público alvo. Porém, entendendo a necessidade da realização, ainda em 2008, de um encontro mais qualitativo e substancial com sua diretoria, a entidade solicitou ao NESSOP sua colaboração para a organização de uma atividade de capacitação com uma carga horária reduzida, com apenas oito horas, que possibilitasse o debate acerca do papel do movimento sócio-comunitário no exercício do controle social e da participação nos conselhos de direitos.

Assim, em acordo com a nova solicitação, o NESSOP organizou, em parceria com a UFECO, a atividade denominada: “I Encontro da UFECO e as Entidades Comunitárias: A Relação dos Movimentos Sócio-Comunitários com o Poder Público: o exercício do controle social”.

O encontro foi realizado no dia 06 de dezembro de 2008 no Plenarinho da Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina. Neste, os participantes foram chamados a refletir em pequenos grupos os principais problemas vivenciados na cidade de Florianópolis e em seguida expor suas conclusões ao grande grupo. Em seguida dois professores do departamento de Sociologia da UFSC ministraram palestras de aproximadamente 40 minutos cada, intituladas, respectivamente: “Análise de Realidade Urbana” e “Relação Organização Popular e Poder Público e mecanismos de Controle Social”. Após as exposições realizou-se um debate, onde os participantes discutiram sobre os atuais desafios do movimento sócio-comunitário e deliberaram encaminhamentos para subsidiar o planejamento da UFECO para 2009. Ao final, realizou-se uma avaliação na qual os participantes apontaram a relevância do evento, tendo em vista os debates suscitados e demandas de atuação levantadas para a própria UFECO

Participaram desta atividade 40 pessoas, das quais 27 foram representantes de associações de moradores e conselhos comunitários, e 13 foram representantes de outras entidades da sociedade civil. Para melhor visualização estes dados são sistematizados na tabela (3) que segue:

Tabela 3: I Encontro da UFECO e as Entidades Comunitárias

Entidades	Nº de Entidades Participantes	Nº de Participantes
Entidades Bases da UFECO	12	27
Outros	04	13
Total	16	40

Fonte: Kohler, Cortizo e Westphal (2009).

Em reunião de equipe para avaliação da atividade, o NESSOP concluiu que há um grande desafio a ser enfrentado em termos de mobilização à participação das associações de moradores e conselhos comunitários em eventos organizados pela UFECO. Tendo em vista que esta possui 120 entidades filiadas e apenas 12 se fizeram presentes, compreendendo apenas 10% das bases da entidade, há muito ainda a ser realizado para alcançar um efetivo engajamento das bases comunitárias.

3.1.5. Curso de Formação Permanente: Ações Coletivas, Democracia Participativa e Direitos Sociais – 1ª edição

O Plano de Ação do NESSOP (2007) prevê como principais eixos de atuação a viabilização de assessoria as entidades comunitárias e a execução de atividades de formação sociopolítica destinados a sujeitos participantes de base popular. Neste sentido, foi previsto para 2008, a elaboração de um Projeto de Formação de cunho permanente a ser executado nos anos que se seguissem. Objetivando viabilizar as propostas designou-se que o Estágio Curricular Obrigatório da estudante de Serviço Social, Judizeli Baigorria, realizado no Núcleo ao longo de 2008, tivesse como ação prioritária o planejamento do Curso de Formação Permanente.

O Curso intitulado “Curso de Formação Permanente: Ações Coletivas, Democracia Participativa e Direitos Sociais” foi elaborado a partir da compreensão da necessidade de se qualificar a intervenção dos sujeitos de base popular nas instâncias político-organizativas de participação e controle social. Assim, se propõe a contribuir no desenvolvimento da análise e reflexão crítica da realidade de seus participantes, em uma perspectiva de potencialização da construção democrática e participativa. Neste sentido, o Curso tem como principal objetivo “Desenvolver atividades de formação sociopolítica, com vistas a fortalecer e qualificar a participação nos espaços públicos de decisão e a consolidação da democracia” (NESSOP, 2008). Os objetivos específicos que se pretende alcançar são:

- Promover educação popular na dimensão cognitiva, social, cultural, política;
- Ampliar e qualificar a participação popular nos espaços coletivos de debates e deliberação à formulação, controle e implementação das Políticas Públicas;
- Fomentar a inserção qualificada em Conselhos de Direitos e Políticas Públicas, nas três instâncias governamentais (federal, estadual e municipal);
- Possibilitar qualificação para ingresso em movimentos sociais e outras formas de organização da sociedade civil;
- Qualificar para as formas organizativas e ações interventivas dos movimentos sociais e comunitários, nas questões relacionadas à qualidade de vida local, regional e da cidade;
- Habilitar para compreensão e ação nos temas relacionados à Política Urbana e desenvolvimento sustentável;
- Oportunizar exercício da democracia deliberativa nos processos de mobilização, participação e, organizativos, da população;

- Contribuir para a conquista de direitos sociais e políticos.(NESSOP, 2008, p.13)

Previa-se oferecer 40 vagas destinadas em ordem de relevância a: lideranças do movimento e associativismo sociocomunitário de Florianópolis e região; Conselheiros representantes da sociedade civil atuantes nos Conselhos Municipais de Direitos e Políticas Públicas; professores de ensino médio da rede pública de ensino, das escolas do município de Florianópolis e região. Pretendia-se alcançar ainda a população em geral, a partir de seu interesse e também, indiretamente, aos estudantes e profissionais das áreas de Ciências Humanas e Sociais, que atuem junto população e organizações populares: Serviço Social, Pedagogia, Ciências Sociais, Direito, Ciências Econômicas, Geografia, etc.

O projeto original previa a realização de um Curso com carga horária de 187h/aula com aulas aos sábados no período matutino e vespertino. Mas em apresentação do mesmo, à diretoria da UFECO e aos futuros possíveis ministrantes, em fins de 2008, estes consideraram a carga horária excessivamente alta, o que poderia ocasionar uma reduzida adesão à proposta por parte do público alvo. Levando em consideração essa sugestão, o Curso foi condensado e a carga horária reduzida para 70h/aula, distribuídas em encontros semanais, realizados toda segunda-feira a noite das 18h30min às 22h, num total de 20 encontros.

Os eixos estruturantes do projeto pautaram-se em quatro categorias que estão intrinsecamente associadas, sendo eles: o relacional; o conceitual; o político; e o de gestão. O conteúdo do curso foi dividido em quatro módulos temáticos denominados respectivamente:

- (I) Participação e Democracia;
- (II) Associativismo Civil e Movimentos Sociais;
- (III) Cidades: Regulação e Equidade;
- (IV) Relações Interpessoais em Grupos Sociais.

Cada módulo é composto por disciplinas que foram abordadas em um movimento que partia da totalidade da vida social para as suas manifestações no particular. Os ministrantes foram professores de diferentes departamentos da UFSC - Serviço Social, Economia, Sociologia -, bem como por especialistas em determinados temas e por lideranças comunitárias. Os mesmos foram orientados

para o uso de uma metodologia na perspectiva da educação popular, entendida numa forma mais participativa e menos autoritária que a educação formal, valorizando a contribuição dos participantes a partir de suas experiências e vivências cotidianas.

O Curso teve início no dia 25 de maio de 2009 e se encerrou no dia 09 de novembro com um encontro de confraternização, totalizando 21 encontros. Todos foram realizados nas dependências da UFSC, em sua maioria no Centro Sócio-Econômico, nas segundas-feiras à noite. Para melhor visualização do Curso, reproduzimos no quadro (8), o cronograma do mesmo com datas, módulos e disciplinas.

Quadro 8: Cronograma do Curso de Formação Permanente - 1ª edição

Data	Disciplina
Módulo I – Participação e Democracia	
25/05/09	1.1 Análise de Conjuntura: Como fazer 1.1.1 Relações Sociais 1.1.2 Relações Econômicas 1.1.3 Relações Políticas 1.1.4 Sociedade do Risco 1.1.5 Estudo de Caso: Florianópolis
01/06/09	1.2 Teorias Sobre Democracia 1.2.1 Direta 1.2.2 Representativa 1.2.3 Participativa 1.2.4 Deliberativa 1.2.5 Radical
08/06/09	1.3 Democracia no Brasil 1.3.1 Introdução 1.3.2 Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e suas Competências 1.3.3 A Organização dos Partidos Políticos Brasileiros 1.3.4 Gestão Democrática Pós-1988: 1.3.4.1 Conselhos de Direitos 1.3.4.2 Planejamento e Orçamento Participativo

Data	Disciplina
15/06/09	1.4 Os Conselhos de Direitos: Participação e Controle Social 1.4.1 Introdução: marco legal e formas de funcionamento 1.4.2 Tipos
22/06/09	1.4.3 Saúde 1.4.4 Assistência Social 1.4.5 Criança e Adolescente 1.4.6 Direitos da Mulher
29/06/09	1.4.7 Educação 1.4.8 Idoso 1.4.9 Portadores de Necessidades Especiais 1.4.10 Transporte 1.4.11 Meio Ambiente 1.4.12 Plano Diretor / Conselho da Cidade
06/07/09	1.5 Outros Mecanismos de Participação da Sociedade Civil 1.5.1 Ministério Público 1.5.2 Defensoria Pública 1.5.3 Os Três Poderes 1.5.4 Plebiscito 1.5.5 Consulta Popular 1.5.6 Cyberativismo
Módulo II – Associativismo Civil e Movimentos Sociais	
13/07/09	2.1 Sociedade Civil: História e Definições
20/07/09	2.2 Associativismo Civil 2.2.1 Primórdios e Contemporaneidade 2.2.2 Brasil 2.2.3 Florianópolis
27/07/09	2.3 Movimentos Sociais 2.3.1 Das Lutas Sociais aos Novos Movimentos Sociais 2.3.2 Dos Movimentos Sociais às Ações Cidadãs 2.3.3 Brasil 2.3.4 Florianópolis
03/08/09	2.4 Movimento e Associativismo Sociocomunitário 2.4.1 História em Florianópolis 2.4.2 Contexto Atual dos Movimentos Sociocomunitários Florianopolitanos 2.4.3 Processos de Mobilização Comunitária

Data	Disciplina
10/08/09	2.5 Movimentos Sociais, ONG's e Relação com o Estado
Módulo III – Cidades: Regulação e Equidade	
17/08/09	3.1 Política Urbana 3.1.1 Definição e história da política urbana
24/08/09	3.1.2 História do Povoamento e da Ocupação Sócio-Ambiental de Florianópolis 3.1.3 O Estatuto da Cidade
31/08/09	3.1.4 Plano Diretor 3.1.5 Habitação Popular e Qualidade de Vida 3.1.6 Mobilidade Urbana
14/09/09	3.2 Sustentabilidade Ambiental 3.2.1 Saneamento Básico
21/09/09	3.3 Fontes de Recursos e Orçamento Público 3.3.1 Lógica Orçamentária 3.3.2 Ciclo Orçamentário 3.3.3 Análise de Planilhas
20/09/09	3.4 Economia Solidária: Alternativa Possível?
Módulo IV – Relações Interpessoais em Grupos Sociais	
05/10/09	4.1 Gestão e Planejamento e grupos sociais 4.1.1 Plano de trabalho 4.1.2 Acompanhamento e avaliação de processos organizativos 4.1.3 Reuniões: organização e processo
19/10/09	4.2 Comunicação e Liderança 4.2.1 Processos de comunicação 4.2.2 Uso de novas tecnologias como estratégias de comunicação: cyberativismo 4.2.3 Liderança: definições e tipos
26/11/09	Atividade de encerramento

Fonte: NESSOP (2009).

O Curso iniciou com 43 cursistas, selecionados entre 120 inscritos, sendo estes 22 representantes de entidades comunitárias, seis representantes de organizações não-governamentais, quatro estudantes da UFSC, três representantes em Conselhos de Direito do município de Florianópolis, dois representantes de

Fóruns de discussão, dois representantes de movimentos sociais e quatro de outras organizações (grupo de lideranças de bairros, pastorais da saúde e APP's). Destes, 11 não conseguiram terminar o Curso e 29 participaram de mais de 75% das aulas.

Em reunião de avaliação do projeto, a equipe organizadora concluiu, com base em dados levantados através de processos avaliativos realizados com os cursistas, que:

- (a) em termos de participação a atividade atingiu seus objetivos, tendo em vista que 74% dos cursistas concluíram o Curso;
- (b) os conteúdos foram considerados relevantes para a participação destes em instâncias de decisão e para a resolução das demandas comunitárias.

No entanto, sabe-se que, para uma avaliação da efetividade do Curso em termos mediatos e a longo prazo seria necessário continuar acompanhando a inserção destes na vida política e pública nos próximos anos.

3.1.6. Considerações de síntese parciais

Após a exposição das experiências de formação promovidas pelo NESSOP, pode-se afirmar que, de forma geral, todos os projetos executados tiveram como objetivo central a qualificação sociopolítica de sujeitos sociais, de base popular, que vêm atuando em instâncias político-organizativas de participação e controle social. Basicamente, esta qualificação/formação deu-se através da oportunização de acesso a estes sujeitos a um conhecimento técnico/científico com o qual estes não tinham tido aproximação em outros momentos de suas vidas e que naquele momento colocavam-se como demanda objetiva, conforme percebido na construção e gestão participativas dos projetos, realizada em parceria com a UFECO em quatro dos cinco projetos.

Em comum, pode-se perceber que os cursos em sua maioria foram demandados pelo movimento sócio-comunitário de Florianópolis; contaram com a participação de professores universitários e especialistas que explanaram sobre as temáticas propostas; tiveram como norte a educação popular, ao menos no que se refere a priorizar demandas postas pelos sujeitos, busca pela construção horizontal dos projetos e valorização da fala e vivência dos participantes; objetivaram contribuir para a transformação das relações sociais, assim como para a expansão e

consolidação da democracia participativa e deliberativa através da instrumentalização de sujeitos sociais estratégicos.

Uma vez que formação sociopolítica vai além da aquisição de determinados conhecimentos e da instrumentalização, requerendo também uma transformação no posicionamento que os sujeitos assumem ante a sociedade, é indispensável, para que se possa fazer qualquer afirmação quanto ao sucesso destas experiências de formação, que se vá até os sujeitos estes mesmos expressem a contribuição nas atividades de formação na sua vida pessoal, comunitária e social.

Por mais que, nos cursos, a formação dê-se coletivamente, a referida transformação acontece individualmente, em cada sujeito, e apenas estes podem reconhecê-la. Todavia, é na relação com o outro, ou seja, intersubjetivamente, que o processo de consciência crítica se realiza. Assim também a ação e a práxis são atividades coletivas e intersubjetivas.

De acordo com as opções metodológicas realizadas para a efetivação da pesquisa, a próxima seção sistematiza as entrevistas realizadas com sujeitos participantes de atividades de formação sociopolítica do NESSOP, com o objetivo de avaliar a efetividade dos mesmos.

3.2. Os sujeitos e a formação sociopolítica

No presente item serão expostos dados levantados com dez sujeitos que participaram de um dos cinco Cursos de formação sociopolítica selecionados como objeto de análise do estudo. Para garantir certo equilíbrio e representatividade optou-se pela seleção de dois participantes de cada projeto. Os critérios utilizados para escolha dos entrevistados foram: ter frequência igual ou superior a 75% na atividade de formação selecionada e ser morador do município de Florianópolis.

Todos os selecionados contatados prontificaram-se a participar da pesquisa, disponibilizando de seu tempo para a realização das entrevistas, as quais ocorreram “face a face”, com duração média de uma hora, sendo que alguns deslocaram-se até a UFSC.

A entrevista, composta por 24 perguntas abertas (Apêndice 1), foi dividida em sete blocos temáticos com os seguintes objetivos:

1. conhecer o perfil dos entrevistados;
2. levantar dados referentes à vida associativa;
3. conhecer suas opiniões a respeito da metodologia utilizada;
4. levantar se o conhecimento adquirido proporcionou uma visão de mundo diferente da que possuía antes da participação no projeto;
5. conhecer contribuições relacionadas ao processos de formação sociopolítica;
6. conhecer aspectos referentes à continuidade da formação;
7. coletar sugestões para outros projetos de formação sociopolítica.

O público-alvo dos projetos de formação oferecidos pelo Núcleo é composto, prioritariamente, por sujeitos a quem – por razões relacionadas a condições sócio-econômicas, precarização da educação, entre outros – o acesso ao conhecimento acadêmico/científico não foi oportunizado em outros momentos de suas vidas. Entendendo que só através do conhecimento a transformação se faz possível, oportunizar esse acesso à estes sujeitos, sempre foi uma das prioridades do Núcleo ao pensar os Cursos de formação sociopolítica.

As perguntas relacionadas ao perfil, como idade, grau de escolaridade, renda própria e familiar, objetivavam levantar a adequação dos participantes dos Cursos no que são as bases populares do movimento sócio-comunitário. No entanto, diante da negativa de alguns entrevistados em responder perguntas relacionadas a renda, estas foram retiradas da pesquisa. Os resultados relativos ao perfil dos entrevistados estão sistematizados no quadro (9) abaixo:

Quadro 9: Perfil dos entrevistados

Sujeito	Idade	Escolaridade	Atividade que participou
1	36 anos	Ensino médio incompleto	Curso Formação Permanente
2	52 anos	Superior Completo	Curso Formação Política
3	63 anos	Superior Completo	I Encontro UFECO e entidades comunitárias
4	57 anos	Superior Completo	I Encontro UFECO e entidades comunitárias
5	40 anos	Superior Incompleto	Formação Sociopolítica - CARMOCRIS
6	46 anos	Ensino médio	Formação sociopolítica em Gestão Comunitária

Sujeito	Idade	Escolaridade	Atividade que participou
7	50 anos	Ensino médio	Formação sociopolítica em Gestão Comunitária
8	74 anos	Ensino Fundamental	Formação sociopolítica - Carmocris
9	38 anos	Ensino Médio	Seminários Regionais
10	52 anos	Ensino Médio	Seminários Regionais

Fonte: Elaboração própria.

A escolha por um determinado público alvo nas atividades de formação do Núcleo relaciona-se a preocupação em se formar um grupo minimamente identificado, onde haja um certo nivelamento cultural e o conhecimento dos sujeitos a respeito de um determinado assunto, não seja díspare demais. Este aspecto permite aos organizadores de um projeto de formação pensar um ponto de partida comum a todo o grupo e possibilita que as discussões ocorram sem constrangimentos a nenhum dos participantes.

Com base nos dados obtidos, pode-se concluir que ao menos quatro dos dez entrevistados não correspondem, exatamente, ao público que o NESSOP objetivava atingir, tendo em vista que estes tiveram acesso à formação acadêmica e ao conhecimento científico produzido pela universidade.

No entanto, há de se lembrar que o acesso a um nível de escolaridade maior nem sempre proporciona uma efetiva compreensão e capacidade de análise crítica da realidade cotidiana, sendo, muitas vezes, necessário ir além da educação formal. Pensar formas de atender a demanda posta por tão heterogêneos segmentos da sociedade é um dos desafios postos à coordenação de projetos desta natureza.

A pesquisa mostrou que o envolvimento dos entrevistados nas instâncias de participação e decisão coletivas tem se dado de forma contínua e, em alguns casos, crescente. Com exceção de um sujeito todos os demais entrevistados participavam de alguma organização sócio comunitária do município de Florianópolis - em sua maioria associações de moradores e Conselhos Comunitários - quando da participação no Curso. Na ocasião da entrevista, todos - com exceção de um sujeito -, continuavam a atuar em organizações sócio comunitárias, sendo que muitos deles passaram a atuar também, em outras instâncias de gestão e de inserção cidadã, como Conselho Municipal de Direitos, Conselhos locais de saúde e Diretoria da

UFECO. Para melhor visualização de como tem se dado o envolvimento dos entrevistados em instâncias da vida associativa, o quadro (10) abaixo evidencia esta realidade.

Quadro 10: Atuação dos entrevistados em instâncias de gestão de Florianópolis

Sujeito	Instância(s) em que participava	Cargo que exercia	Instância(s) em que participa atualmente	Cargo que exerce atualmente
1	Associação de moradores	Diretoria	Associação de moradores	Diretoria
			Conselho Municipal de Assistência Social	Conselheiro
2	Conselho Comunitário	Conselheiro	Conselho Comunitário	Conselheiro
	Conselho de Segurança	Conselheiro	Conselho de Segurança	Conselheiro
3	UFECO	Diretoria	UFECO	Diretoria
4	Conselho Comunitário	Diretoria	UFECO	Diretoria
5	Conselho Comunitário	Diretoria	Conselho de Associações	Diretoria
	Conselho de Associações	Diretoria	Conselho local de saúde	Conselheiro
6	Associação de moradores	Voluntária	Não participa	Nenhum
7	Associação de moradores	Diretoria	Associação de moradores	Diretoria
			Conselho Local de Saúde	Diretoria
8	Não participava	Nenhum	Associação de Moradores	Diretoria
9	Associação de Moradores	Diretoria	Associação de Moradores	Diretoria
10	Associação de Moradores	Diretoria	Conselho Local de Saúde	Diretoria

Fonte: Elaboração própria.

Não será possível avaliar nesta pesquisa em qual medida a participação nos Cursos de Formação contribuiu para a contínua e crescente inserção em instâncias de decisão, visto que a grande maioria já atuava nestes espaços. Todavia através da fala do sujeito 5, podemos ter uma breve noção das contribuições que projetos desta natureza podem trazer para os sujeitos:

Foi muito bom participar deste Curso, foi possível perceber a importância das associações de moradores, a importância da união, da integração, da reivindicação justa, só unida as comunidades podem conseguir melhorias, o sujeito sozinho não consegue nada e sem a mobilização o poder público não vai dar nada, não se consegue nada sem a pressão sobre os políticos, isto o Curso deixou claro. (Sujeito 5).

Segundo Gohn (2005), o indivíduo adquire consciência de forma progressiva, através do processo de ação-reflexão que a participação em movimentos sociais, aliada a participação em encontros, seminários e cursos de formação, proporcionam. Juntos, este conjunto de processos contribuem para o desenvolvimento dessa consciência crítica e a organização coletiva dos indivíduos. Para a autora, a dimensão formativa da participação é um processo cujos produtos são realimentadores de novos processos.

A democratização das decisões nos espaços de participação é uma premissa básica para organizações que se queiram participativas e democráticas. Por isso, proporcionar aos sujeitos a aprendizagem de instrumentais técnicos-operativos participativos, assim como, oportunizar o exercício da democracia deliberativa nos processos de mobilização, participação e organização da população é um objetivo presente em todos os projetos de formação efetivados pelo NESSOP.

Os depoimentos concedidos nas entrevistas demonstraram que para a grande maioria dos sujeitos entrevistados - nove dos dez - está claro que a democratização da participação, além de fortalecer os vínculos, é uma condição *sine qua non* para movimentos de caráter popular e, ainda, que práticas autoritárias coíbem a inserção de novos atores. Neste sentido, as falas dos sujeitos 1 e 6, respectivamente, evidenciam tal percepção:

No curso pude aprender o coletivo, aprendi que as decisões tem que ser sempre do coletivo, o curso me deu a visão de como colher a opinião de todos e tentar transformar em uma ideia só e assim fazer vencer aquilo que o coletivo decidiu. (Sujeito 1)

Não participo da associação de moradores da minha comunidade, pois sou contrária as atitudes autoritárias e manipuladoras da

diretoria que esta lá há anos. Eles só fazem coisas em benefício próprio, se sentem os donos da associação e manipulam os moradores para conseguir o que querem, por isso muitos desistiram de participar. (Sujeito 6)

Depoimentos como estes, expressam a busca pela superação de práticas autoritárias que, ainda existem no interior daqueles que deveriam ser espaços de debates e deliberação. Isto fica claro na fala do Sujeito 8, o qual afirma: “aqui na comunidade nós fazemos reuniões com os moradores e ai eu determino o que tem que ser feito, o que melhor tem que ser feito para a comunidade”.

Esta disparidade na visão do fazer democrático pode expressar tanto a insuficiência dos processos de formação no que se refere à transformação da cultura de seus participantes, quanto à dificuldade de se formar sujeitos, de forma efetiva, em grupos muito heterogêneos e universos culturais muito diferentes.

O princípio teórico-metodológico que vem embasando os projetos de formação sociopolítica executados pelo NESSOP pressupõem processos educativos participativos, que privilegiem as vivências dos participantes, e a utilização de uma linguagem acessível ao universo dos cursistas. Neste sentido, os coordenadores e os ministrantes que contribuiriam na efetivação dos Cursos procuraram atender a estes pressupostos, fazendo uso de dinâmicas de grupo que possibilitassem vivenciar situações; privilegiando debates e discussões; e utilizando uma linguagem menos técnica e acadêmica.

A avaliação dos entrevistados em relação a estas temáticas, foi predominantemente positiva, uma vez que sete dos dez sujeitos compartilharam a opinião de que os procedimentos utilizados foram bastante didáticos, facilitando o aprendizado e a linguagem utilizada foi acessível a todos. Esta aprovação pode ser percebida através das seguintes falas:

O curso foi muito didático, durante todo o processo se fazia simulações que permitiam um conhecimento amplo da própria atuação. A elaboração de cartazes, desenhos e as dramatizações realizadas permitiam um autoconhecimento e foram essenciais para o aprendizado. A linguagem era coloquial, no nível dos cursistas, não tive dificuldade nenhuma em entender, além do que se valorizava cada fala, de cada sujeito, mostrando que cada um tem seu conhecimento, perceber isso dá coragem. (Sujeito 4)

Entendia muito bem, era tudo muito aberto, se tinha liberdade para ir perguntando, os ministrantes e a equipe de apoio eram acessíveis à perguntas, o ambiente criado era muito propício, além do que todos os cursistas possuíam o mesmo nível de escolaridade e mesmos interesses. (Sujeito 7)

Para Freire (2007) a questão da linguagem é um dos grandes obstáculos a serem enfrentados quando se pretende uma prática educativa progressista. Segundo este autor o educador deve buscar familiaridade com a linguagem popular sem renunciar a sua própria linguagem, e, conseguindo isso, além de se fazer entender, o educador pode trazer ainda outras contribuições como o enriquecimento da capacidade de expressão por meio da expansão do vocabulário dos educandos. O depoimento do Sujeito 8 deixa claro essa possibilidade: “no Curso aprendi muito, ouvi outras palavras, aprendi palavras novas para se expressar junto a comunidade e com outras pessoas também, isso (dialogar, se expressar) se tornou mais fácil para mim”.

Ainda sobre esta temática o seguinte depoimento expressa o descontentamento em relação aos procedimentos de aprendizagem:

O Curso acabou sendo bastante acadêmico, se tinha objetivo de ser mais participativo em relação as experiências dos cursistas, foi mais acadêmico e mais instrutivo, não cheguei a ver o processo de troca de experiências acontecer. (Sujeito 2)

Estas divergências de opiniões demonstram os desafios vivenciados por coordenadores de projetos desta natureza, diante da necessidade de se compartilhar conhecimentos teóricos e ao mesmo tempo proporcionar discussões, debates e vivências em um espaço de tempo tão limitado como os dos Cursos aqui analisados.

Se a vocação ontológica do homem é ser sujeito e esta vocação só é alcançada através da reflexão sobre o mundo a sua volta, é imprescindível, quando se objetiva a formação sociopolítica, contribuir para a superação daquela que Freire (2001) chama de posição normal fundamental do homem diante do mundo, a posição ingênua. Portanto, é preciso que a formação esteja em seus conteúdos, programas e métodos, adaptada ao fim que persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, superar sua visão ingênua de mundo.

Neste sentido, pode-se concluir, com base nas entrevistas realizadas, que o NESSOP vem se posicionando nesta direção e tem alcançado, no que se refere a superação desta percepção primeira do mundo, um relativo êxito já que nove dos dez sujeitos entrevistados afirmaram que a participação nos Cursos de Formação do Núcleo trouxe relevantes contribuições para a visualização do mundo sobre outra ótica. As falas reproduzidas a seguir exemplificam esse movimento de superação:

Minha visão de mundo mudou muito depois do curso, enquanto não se tem conhecimento não se tem discernimento, poucas pessoas enxergam o real, não percebe a realidade em que vive. Participar do curso é como tirar a venda dos teus olhos, se libertar, pois ele traz essa visão da realidade, da possibilidade de transformação. (Sujeito 6)

Antes eu achava tudo muito bom, era muito individualista. Depois de participar do curso comecei a perceber que não é bem assim, que tem muitas pessoas que não tem acesso aos seus direitos. Antes eu não entendia porque estas pessoas não tinham acesso, hoje percebo que isso é um problema político. Parece que tiraram uma venda, comecei a perceber coisas que antes não percebia. (Sujeito 7)

Freire (2001) nos afirma que a conscientização implica que se ultrapasse a esfera espontânea de apreensão da realidade para chegar a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscente. Para tanto, o homem precisa ser auxiliado, precisa ser preparado, através de práticas progressistas de educação. Esse “auxílio” do qual nos fala Freire, exige processos de aprendizagem que possibilitem o conhecimento crítico da realidade, a compreensão da história, a desmitologização, o desenvolvimento de habilidades e competências (FREIRE, 2001; 2007), em um processo que combine informações e experiências. Na fala do Sujeito 9 é possível identificar as contribuições que os Cursos de Formação vem dando nesta direção:

O curso tem um resultado positivo para mim, pois deu conhecimento necessário que a pessoa possa desenvolver trabalhos na base, realizar trabalhos específicos. Depois do Curso mudei também minha maneira de se envolver com a comunidade, aprimorei algumas coisas relacionadas ao convívio comunitário, hoje consigo realizar a mobilização de forma muito mais eficiente. Além do que acredito que todo curso tem que fazer uma volta histórica de conhecimento da história e da política, dos sistemas que existiam em tempos antigos e dos que existem atualmente, isso é importante para que possamos compreender o presente, se situar. (Sujeito 9)

Outro importante elemento que uma prática educativa progressista deve privilegiar é a busca por temáticas que se relacionem ao cotidiano dos sujeitos envolvidos, temas da época e do contexto em que estes estão inseridos, procurar ajudar o sujeito a partir de tudo o que constitui sua vida (FREIRE 2007). Neste sentido as opiniões dos entrevistados são divergentes como se pode ver nas seguintes falas:

Seria interessante, antes de se iniciar o curso, buscar informações de quais dificuldades as associações estão encontrando no dia-a-dia de suas comunidades para o curso se tornar mais prático (...). Este curso

foi muito conteúdo teórico, poderia ter tido menos teoria (...) faltou embasamento efetivo, discussões sobre estatutos, funções das associações; priorizar assuntos práticos como: acesso a recursos, procedimentos legais de uma associação, entre outros. (Sujeito 2)

Os temas abordados eram do cotidiano dos participantes, de ordem administrativa, mais bem de leve possibilitando a todos entender. Para as associações de moradores na época era muito interessante, pois estas precisam ter essa noção. O conteúdo era assimilado, pois tinha ligação com a prática comunitária. (Sujeito 4)

No entanto, é preciso lembrar que os Cursos aqui pesquisados se diferem em muitos aspectos, pois são resultados de demandas e conjunturas sociopolíticas diferentes, por isso priorizaram metodologias e conteúdos diferentes. Seria necessário, então, uma pesquisa mais aprofundada que abordasse cada Curso individualmente para uma análise mais pormenorizada das vantagens e desvantagens de cada um.

Este conjunto de elementos que caracterizam as práticas educativas ditas progressistas “se traduzem, através do processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos, num acréscimo de poder psicológico, sociocultural, político e econômico que permite aos sujeitos aumentar a eficácia de sua cidadania” (PINTO, 1998). Esse “empoderamento”, que a aquisição de novos conhecimento traz, é citado de forma direta ou indireta em todas as entrevistas realizadas, sendo uma das maiores contribuições proporcionadas pelos Cursos de Formação:

Hoje, após ter participado do Curso, me sinto preparada para o diálogo, para conversar com todo tipo de pessoa. Me sinto com mais posição diante da secretaria, da FLORAM, antes tinha medo de falar, de dialogar com alguma autoridade, achava que ia ser chamada de burra, hoje eu imponho o respeito e eles me respeitam. Sinto que venci barreiras, venci o medo, tenho conhecimento para ver o que é a sociedade e o que é o político. (Sujeito 1)

O Curso me passou segurança, mostrou que tenho potencial, capacidade para estar a frente de uma comunidade, tenho coragem para dialogar com qualquer um, seja quem for, seja da comunidade ou qualquer autoridade, e usa essa capacidade e coragem para lutar para que se aplique as políticas sociais. (Sujeito 10)

Nestas falas pode-se perceber a potencialidade que processos de aprendizagem desta natureza possuem, no sentido de oportunizar aos sujeitos a desmitificação da autoridade como sinônimo de competência e superioridade intelectual; a valorização de suas experiências, de seus conhecimentos; o aprender

a não ter medo daquilo que foi inculcado como inacessível; o aprender a acreditar no poder de suas falas, de suas idéias e em si mesmos (GOHN, 2005).

De forma geral, todos os entrevistados, em diferentes proporções, reconheceram a importância que os conteúdos abordados, o conhecimento teórico adquirido e a aprendizagem de novos instrumentais técnicos-operativos, teve para seu cotidiano enquanto sujeitos sociais.

Todavia, todos, sem exceção, foram categóricos ao afirmar que, tão importante quanto todo esse conhecimento teórico, foi o fato dos Cursos oportunizarem: a interação com diferentes sujeitos sociais; conhecer a realidade de outras comunidades e as soluções encontradas por estas para o enfrentamento das problemáticas sociais e políticas vivenciadas; a participação em debates, discussões e diálogos entre cursistas, ministrantes e coordenadores; a criação de vínculos afetivos; e despertarem a sensação de que não estão sozinhos na luta pela construção e efetivação de direitos, que transformaram esses processos de aprendizagem em uma experiência que os fortaleceu e os revigorou para suas lutas cotidianas. Neste sentido, a seguinte fala exemplifica estas afirmações:

A teoria faz parte, porque se não houver teoria a prática não vale nada, mas o que mais gostei foi a troca de conhecimento com outras comunidades que o Curso possibilitou, isso transformou a visão que eu tinha de comunidade, antes me perguntava porque o povo não participava, era muito crítica, hoje percebo que este é um problema de todas as comunidades e que todos que participam tem a contribuir. (Sujeito 1)

Percebe-se que é a vivência proporcionada pela interação com sujeitos que possuem objetivos equivalentes que torna experiências como estas que o NESSOP vem oportunizando tão ricas. Sem esta interação, sem esta troca cultural que acontece em cada encontro, corre-se o risco de se cair naquilo que Freire (2001) chama de “educação bancária” na qual o conhecimento “tem tendência a converter-se em algo sem vida e a petrificar-se uma vez enunciado” (FREIRE, 2001, p. 93).

No que se refere à continuidade dos processos de aprendizagem, constatou-se que somente os sujeitos envolvidos em instâncias de gestão como os Conselhos de Direitos e UFECO tem tido a oportunidade de participar de Cursos que objetivam a formação sociopolítica, evidenciando a escassez de projetos desta natureza. Os demais entrevistados tem se aprimorado através da participação nos próprios movimentos populares, que segundo GOHN (2005), possuem uma dimensão

educativa muito forte e caracterizam-se como formas renovadas de educação popular.

Um dos resultados esperados das atividades de formação efetivados pelo NESSOP é o de que os cursistas atuem como multiplicadores, em suas comunidades e espaços de convivência, do conhecimento adquirido nos Cursos. Segundo dados colhidos nas entrevistas, pode-se afirmar que este objetivo tem sido alcançado, pois muitos destes sujeitos afirmaram que vem tentando atuar neste sentido, como podemos perceber na seguinte fala:

Tenho feito isso [multiplicar o conhecimento] constantemente, conversando com as pessoas da minha na minha comunidade, na associação, ou com as pessoas que encontro na rua, estou sempre tentando cooptar as pessoas para a luta, tentando fazer com que as pessoas compreendam a necessidade de se mobilizar. (Sujeito 9)

Objetivando contribuir para o aprimoramento dos projetos de formação sociopolítica que o NESSOP vem ao longo dos últimos 12 anos promovendo, bem como para a efetivação de processos participativos de construção dos mesmos, ao final da entrevista foi solicitado aos sujeitos que dessem sugestões para futuras edições de Cursos de Formação que o NESSOP venha a promover. Todos contribuíram com relevantes sugestões, as quais podem ser resumidas nas seguintes falas:

A aula inaugural de todo Curso deveria ser sobre a história do NESSOP e sobre os Cursos de Formação que este vem oferecendo, para situar os sujeitos. Deveria também ser realizadas análises de conjunturas nos Cursos, mas feitos pelos próprios participantes. deveria ter uma direção política comunitária já que é voltada para lideranças; criar mais relação com o Plano Diretor, com as leis vigentes e a partir daí começar a fazer um resgate. Precisa ter mais correlação da teoria com a prática vivida na sociedade. (Sujeito 4)

Seria bom que estes cursos se realizassem nos bairros, com os temas que as comunidades estejam precisando aprofundar, facilitaria o acesso das pessoas também. Outra coisa importante seria que eles fossem realizados de forma menor, mas mais vezes por ano, com mais frequência. (Sujeito 5)

O grande problema do Curso é a limitação de vagas, deveria se expandir as vagas, pois quem deveria participar, no caso as diretorias dos Conselhos Comunitários, não estão participando, ao menos não em peso. O NESSOP tem que se preocupar mais em atrair estas diretorias, poderia pegar relação de todos os Conselhos que existem e fazer cursos para eles, nas regiões deles, poderia fazer em forma de rodízios para prestigiar todas as regiões. (Sujeito 3)

Com os dados expostos acima, pode-se afirmar que ao longo dos últimos 12 anos o NESSOP, atendendo a uma demanda de seu interlocutor - o movimento sóciocomunitário –, vem direcionando sua atuação no sentido de efetivar projetos que contribuam para a formação de sujeitos sociais mais conscientes e capacitados para debater e deliberar em espaços coletivos de decisão.

Neste sentido, os processos educativos/formativos são entendidos como o compromisso com a formação para o exercício da cidadania, com o desenvolvimento dos sujeitos para se tornarem plenamente capazes de compreender criticamente a realidade social através da apropriação de conhecimentos e da instrumentalização, e assim possam atuar sobre esta realidade transformando-a.

Neste processo tem se buscado a superação da mera “transferência de conhecimentos”, na medida em que se estimula a capacidade de criticidade e se estabelece o diálogo, bem como a troca de saberes e experiências entre diferentes sujeitos.

Desta forma, os projetos de formação efetivados pelo Núcleo vêm, apesar das muitas contradições e limitações a serem superadas, demonstrando o compromisso do NESSOP com a democratização do conhecimento, a transformação das relações sociais e a efetivação de uma democracia mais participativa e a construção de relações sociais mais justas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos esta pesquisa tínhamos como objetivo principal identificar as contribuições que as atividades de formação sociopolítica promovidas pelo NESSOP proporcionaram aos seus participantes, em suas atuações enquanto sujeitos sociais. Para tanto, realizamos pesquisas bibliográficas, pesquisas ao acervo do NESSOP e entrevistas com participantes dos projetos e com duas coordenadoras de muitos dos projetos efetivados pelo Núcleo ao longo dos últimos 12 anos.

O relato das atividades de formação realizadas no recorte de tempo da pesquisa (2005-2010) nos mostra que estas atividades tinham em comum o objetivo de qualificar sujeitos sociais atuantes em instâncias político-organizativas de participação e controle social, oportunizando a estes o acesso ao conhecimento científico. Este conhecimento possibilitaria a formação, ou aperfeiçoamento, de uma consciência crítica e instrumentalizaria-os para atuarem nas formas organizativas dos movimentos sociais e comunitários e em outros espaços de participação e deliberação como Conselhos de Direitos e Fóruns.

A pesquisa com os sujeitos nos mostrou que para a grande maioria dos entrevistados, a participação nos Cursos de formação contribuiu para: a superação da visão “ingênua” do mundo a sua volta; a desmistificação da autoridade como detentora de um saber superior; a valorização de suas experiências, de suas falas e de seus conhecimentos; o reconhecimento das experiências dos outros enquanto propulsionadoras de reflexão acerca da própria atuação comunitária; o aprendizado é realizado coletivamente; a percepção da necessidade de se superar práticas ainda tão presentes no cotidiano da vida associativa e política do país como o autoritarismo, o clientelismo e o patrimonialismo; o reconhecimento da urgência de se construir e fortalecer uma democracia participativa e deliberativa; e a percepção da necessidade de se mobilizar e se unir para a conquista e efetivação de direitos

sociais. Diante dos depoimentos e tendo em vista que a formação da consciência se dá de forma progressiva através de um conjunto de processos, pode-se afirmar que o objetivo primeiro dos Cursos, o qual seja a qualificação dos sujeitos sociais para uma atuação mais efetiva em espaços de participação e deliberação, vem sendo alcançado.

Na pesquisa ao acervo do NESSOP, foi possível constatar que os Cursos objetivavam adotar uma didática mais participativa e dinamizada, que se diferenciava daquela utilizada na educação formal. Desta forma, intencionava-se privilegiar debates, fazer uso de uma linguagem acessível e compreensível a todos e utilizar-se de interações e dinâmicas que oportunizassem a vivência e um efetivo aprendizado.

As aulas dos Cursos, em sua maioria, foram ministrados por diferentes sujeitos, professores universitários, especialistas e lideranças comunitárias, muitos dos quais pouco familiarizados com uma prática pedagógica mais participativa e interativa e muitos habituados a uma linguagem técnica e/ou academicista. A rotatividade dos professores e a inexistência de vínculos institucionais destes com o Núcleo impossibilitou que equipe e ministrantes desenvolvessem juntos estratégias pedagógicas mais participativas e interativas na perspectiva da educação popular.

Mesmo diante destas dificuldades os procedimentos pedagógicos dos Cursos tiveram, segundo pesquisa junto aos sujeitos, uma avaliação predominantemente positiva, sendo que a maioria dos entrevistados compartilhou a opinião de que os Cursos conseguiram ser didáticos, com uma linguagem inteligível, onde a participação e os debates foram privilegiados. Desta forma, podemos concluir que o Núcleo e seus colaboradores esforçam-se no sentido de aperfeiçoar e construir processos pedagógicos que superem a denominada “educação bancária” Freire (2001).

Com base na revisão bibliográfica realizada – especificamente a referente a concepções de educação não-formal e educação popular –, na pesquisa ao acervo do NESSOP e nas falas dos sujeitos entrevistados, podemos afirmar que os Cursos de formação sociopolítica efetivados pelo Núcleo não materializaram de forma integral a perspectiva de educação popular. Isto pode ser inferido uma vez que tal perspectiva assume como pressupostos básicos privilegiar a participação dos sujeitos em todas as etapas dos projetos, desde a elaboração até a efetivação, e

oportunizar o aprofundamento teórico de temáticas que se relacionem ao cotidiano dos sujeitos envolvidos e ao contexto em que estes estão inseridos.

Percebemos que em dois dos projetos analisados (Formação Sociopolítica em Gestão Comunitária e Política Urbana; Seminários Regionais: “O Direito à cidade e o Plano Diretor Integrado e participativo de Florianópolis”) as etapas de construção e gestão dos mesmos realizaram-se com a participação da diretoria da UFECO, mas não diretamente dos sujeitos aos quais os cursos direcionavam-se, ou seja, das bases desta entidade. Em outro caso (Curso de Formação Permanente/1ª edição), o projeto do Curso foi pensado e elaborado somente por membros do NESSOP, sem participação de sujeitos populares. Nestes exemplos, os cursos foram apresentados aos cursistas já em seu formato final. Somente em um dos casos analisados (Formação Sociopolítica para Lideranças do CARMOCRIS: “Curso de Formação para as Lideranças do CARMOCRIS 2008”), o público-alvo teve participação ativa na construção do projeto. Há de se lembrar que, em um dos casos (Capacitação Sociopolítica do Corpo Diretivo da UFECO e suas Bases: “Proposta de Capacitação para a Diretoria da UFECO”), foi o próprio público alvo, no caso a diretoria da UFECO, quem solicitou ao Núcleo a elaboração da atividade

No que se refere às temáticas desenvolvidas nos Cursos, as opiniões dos entrevistados foram bastante divergentes. Alguns deixaram claro que suas demandas técnicas e teóricas emergenciais não foram atendidas e os conteúdos abordados eram de natureza demasiado acadêmica, enquanto outros afirmaram que ocorreu o contrário, ou seja, as temáticas abordadas atenderam suas necessidades. Sabendo-se que os entrevistados participaram de projetos com abordagens, conteúdos e metodologias diversas, faz-se necessária uma pesquisa mais aprofundada para identificar em qual “proposta de projeto” a qualificação sociopolítica dos sujeitos se deu de forma mais efetiva, porém no que tange aos pressupostos da educação popular, pode-se concluir que estes não foram contemplados em todos os cursos analisados.

Se levarmos em conta afirmações de autores como Paula (2007) e Streck (2006) que consideram que Educação Popular não é uma expressão da educação não-formal, mas que se tratam de duas práticas distintas, principalmente no que se refere à construção e gestão de projetos, pode-se afirmar que os Cursos efetivados pelo NESSOP, nos últimos cinco anos, oscilam entre procedimentos de educação não-formal e educação popular, visto que em alguns casos a construção

participativa foi privilegiada e em outros a construção se deu de forma mais vertical. De outro lado, esta questão pode também resultar em que as propostas consideradas e apresentadas “prontas” por parte do NESSOP, expressam e evidenciam que o Núcleo tem conhecimento da realidade vivida pelo movimento sociocomunitário, o que o possibilita ao Núcleo elaborar propostas de formação adequadas ao mesmo.

O primeiro item dos Princípios Fundamentais do Código de Ética do Assistente Social de 1993 reconhece a liberdade como valor ético central e a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais como horizonte da atuação profissional. Nesse mesmo Código o Serviço Social assume seu compromisso com os interesses da classe trabalhadora, a radicalização da democracia e a opção pela construção de uma nova ordem societária mais justa e igualitária onde as contradições capital-trabalho possam ser superadas. Dentre o conjunto de estratégias e táticas desenvolvidas no esforço de efetivar estes princípios, o caráter sócio-educativo da profissão materializado através da ação conscientizadora, com indivíduos e grupos, assume papel fundamental. Através de processos educativos, os indivíduos tem a possibilidade de se reconhecerem enquanto sujeitos sociais e históricos e por conseguinte intervir na realidade lutando para sua transformação.

Considerando estas prerrogativas profissionais, concluímos, a partir das investigações que integraram esta pesquisa, que o NESSOP ao: (a) atender a demandas do movimento sócio-comunitário, (b) realizar atividades de formação sociopolítica direcionadas as bases da UFECO; e (c) efetivar práticas educativas progressistas e participativas que superem a simples transferência de conhecimento e oportunizem a ação-reflexão, orienta sua atuação em conformidade com os princípios da profissão do Serviço Social.

Ao longo da pesquisa encontramos muita dificuldade em encontrar material, na produção teórica do Serviço Social, referente a ações educativas. Este fato pode ser um indicativo do gradativo afastamento dos Assistentes Sociais de atividades que objetivem a educação/formação de sujeitos sociais, revelando uma contradição para uma profissão que tem como norte a transformação social e se diz sócio-educadora.

Com o intuito de contribuir para a qualificação dos processos de formação sociopolítica do NESSOP sugerimos algumas medidas, quais sejam:

- Para futuros projetos desta natureza, estabelecer articulação com professores do departamento de Pedagogia que estejam vinculados a temática Educação Popular. Esta articulação pode contribuir para uma maior efetivação e aperfeiçoamento de práticas educativas progressistas;
- Ampliar o público-alvo dos cursos, tendo em vista que a formação sócio-educativa é um deficit para a maioria da população brasileira e que a participação em projetos desta natureza pode despertar à mobilização e participação social;
- Em parceria com as associações de moradores elaborar projetos de formação com uma carga horária reduzida que sejam efetivados nas comunidades, na forma de Cursos Básicos;
- Efetivar um Curso de Aprofundamento, na Universidade com uma carga horária maior para os participantes dos Cursos Básicos;
- Oportunizar e estimular a participação de ex-cursistas e cursistas como ministrantes nos Cursos, contribuindo para a formação de formadores;
- Publicação de artigos em revistas, congressos e encontros do Serviço Social de todas as atividades de formação que o Núcleo venha a efetivar, contribuindo assim para um fazer profissional nesta direção;
- Realização de uma pesquisa mais aprofundada de todas as experiências de formação que o NESSOP realizou nos últimos 12 anos, contribuindo para analisar e refletir sobre a história do Núcleo e do próprio Serviço Social.

Concluimos reconhecendo os méritos do Núcleo que, ao longo de 12 anos, vem oportunizando formação sociopolítica para sujeitos sociais de Florianópolis e Santa Catarina, contribuindo assim para a materialização do projeto ético-político do Serviço Social e para a construção e efetivação de direitos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura**: um estudo sobre a função pedagógica do Assistente Social. 2001, 229f, Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

BARBOSA, R. C. Educação popular e a construção de um poder ético. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano VII, n. 78, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/078/78barbosa.htm>>. Acesso em: 15 out. 2010.

BETTO, F. **Desafios da Educação Popular**: As esferas Sociais e os Novos Paradigmas da Educação Popular. Disponível em <<http://www.mur.com.br/download/betto.doc>>. Acesso em 14 de outubro de 2010.

BONETI, L. W. **Educação e movimentos sociais hoje**. In: JEZINE, E; ALMEIDA, MLP. **Educação e movimentos sociais**: novos olhares. Campinas: Alínea, 2007. Cap. 3, p. 55-74.

BRANDAO, C. R. **Educação Popular**. 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. 2003. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/pp/edh/br/pnedh1/nao_formal_pnedh.pdf>. Acesso em: 05 out. 2010.

CARDOSO, F.G. e MACIEL, M. **Mobilização social e práticas educativas. Capacitação em Serviço Social e política social**. Módulo 4: O trabalho do Assistente Social e as políticas sociais. Brasília: CEAD, UnB, 2000. p. 141-150.

Cortizo, M.; Kohler, I.; Westphal, V. **As Experiências do NESSOP: Capacitação para o Exercício da Participação e Democracia**. CBEU, 2009.

CUNHA, C. M. **Introdução** – discutindo conceitos básicos. In: SEED-MEC Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

FREIRE, P. **Conscientização - teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2001.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

- FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FREIRE, P. **Política e Educação**. Rio de Janeiro: Vila das Letras, 2007
- GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 14, n. 2, Jun. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2010.
- GOHN, M. G. **Movimentos sociais e educação**. 6 ed. revista, São Paulo: Cortez, 2005.
- GOHN, M. G. Movimentos sociais, políticas públicas e educação. In: JEZINE, E; ALMEIDA, MLP. **Educação e movimentos sociais: novos olhares**. Campinas: Alínea, 2007. Cap. 2, p. 33-54.
- GUERREIRO RAMOS, A. **A redução sociológica**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.
- IAMAMOTO, M.V. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- LEHER, R. Educação popular como estratégia política. In: JEZINE, E; ALMEIDA, M. L. P. **Educação e movimentos sociais: novos olhares**. Campinas: Alínea, 2007. Cap. 1, p. 19-32.
- Morrow, R. e Torres, C. A. **Gramsci e a educação popular na América Latina. Percepções do debate brasileiro**. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol4iss2articles/morrow.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2010.
- NESSOP. Projeto de Capacitação à Diretoria Da UFECO e Suas Bases. Florianópolis, 2008.
- NESSOP. Projeto de Formação Permanente: Ações Coletivas, Democracia Participativa e Direitos Sociais. Florianópolis, 2008.
- NESSOP. Projeto: “Seminários Regionais: O Direito a Cidade e o Plano Diretor Participativo de Florianópolis, 2007.
- NESSOP. Proposta de Capacitação para a Diretoria da UFECO. Florianópolis, 2008.
- NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**. Ano XXIII, n. 78, abr. 2002.
- NUERNBERG, A. Relatório Final de Estágio - A Práxis da Formação Sociopolítica: A Experiência no CARMOCRIS. Florianópolis, 2009.
- PAULA, E. M. A. T. Dilemas e contradições de projetos de educação não formal e educação popular: reflexões sobre práticas e saberes. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT06-3264—Int.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2010.
- PEREIRA, A.L. Relatório Final de Estágio Curricular Obrigatório. Florianópolis, 2007.

PINTO, Carla, Empowerment: uma prática do Serviço Social. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/empowerment.htm>>. Acesso em: 07 nov. 2010.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RIBEIRO, M. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 17, p. 20-39, maio/ago. 2001.

ROCHA, M. Relatório final de estágio curricular obrigatório. Florianópolis, 2006.

SILVA, M.O. da Silva e. O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura . São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, J. F. Educação popular enquanto uma pedagogia, movimentos sociais populares lócus educativo. In: JEZINE, E; ALMEIDA, M. L. P. **Educação e movimentos sociais**: novos olhares. Campinas: Alínea, 2007. Cap. 6, p. 123-154.

STRECK, D. R. A educação popular e a reconstrução do público. Há fogos sob as brasas? **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, v. 11, n. 32, maio/ago. 2006.

STRECK, D. R. Entre emancipação e regulação: (des)encontros entre educação popular e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**. v. 15, n. 44, 2010.

TRILLA, J. **La educación fuera de la escuela**. Barcelona: Editorial Ariel, 1996.

UFSC. **Missão da UFSC**. Disponível em: <<http://antiga.ufsc.br/paginas/missao.php>>. Acesso em: 28 out. 2010.

VERDÈS-LEROUX, J. Trabalhador social: prática, hábitos, ethos, formas de intervenção. São Paulo: Cortez, 1986.

YAZBECK, M. C. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Brasília: UnB, 2000. p. 87-99.

APÊNDICE

Apêndice 1

Roteiro de Entrevistas para cursistas

a) Perfil do entrevistado

1. Idade?
2. Sexo?
3. Grau de escolaridade do entrevistado?

b) Vida associativa e formação sociopolítica

6. Em qual entidade está inserido/atuando?
7. Há quanto tempo o/a sr(a) está inserido no movimento sócio-comunitário?
8. De qual atividade de formação promovido pelo NESSOP o/a sr.(a) participou?
9. No período em que participou da atividade o/a sr.(a) fazia parte de alguma associação de moradores ou entidades comunitárias e/ou participava em instâncias de gestão como a UFECO e Conselhos de Direitos?
10. Como analisa os procedimentos de aprendizagem desenvolvidos na atividade que participou?
11. Expresse sua opinião sobre a metodologia utilizada e sobre a linguagem utilizada pelos ministrantes?
12. Expresse sua opinião a respeito dos conteúdos abordados na atividade?
13. O que mais aprendeu com a participação na atividade promovida pelo NESSOP?

15. A visão de sociedade que o/a sr.(a) tinha antes de participar na atividade se transformou após ter participado da mesma? De que forma o/a sr.(a) percebe isso?

16. Quais as contribuições que a participação na atividade trouxe para sua inserção no associativismo civil da cidade?

17. Atualmente o/a sr.(a) faz parte da diretoria de alguma associação de moradores ou entidade comunitária? Qual cargo exerce?

18. Participa em outras instâncias de gestão? Qual cargo exerce?

19. Como são tomadas as decisões nas instâncias nas quais o/a sr.(a) participa?

20. Como tem entendido a relação Estado-sociedade civil nos espaços onde participa?

21. A participação na atividade proporcionou uma melhor compreensão do movimento sócio-comunitário e conhecimento para mobilização e ação comunitária? Explique.

22. Foi possível atuar como multiplicador, do conhecimento adquirido na atividade, na comunidade da qual faz parte? Explique.

23. Após a participação na atividade como o/a sr(a) entende a dinâmica da política urbana municipal e a relação desta com o movimento sócio-comunitário? Explique.

24. Como tem ocorrido a continuidade da formação sociopolítica oferecida na atividade do NESSOP?

25. O/a sr(a) tem sugestão para outras atividades de formação?